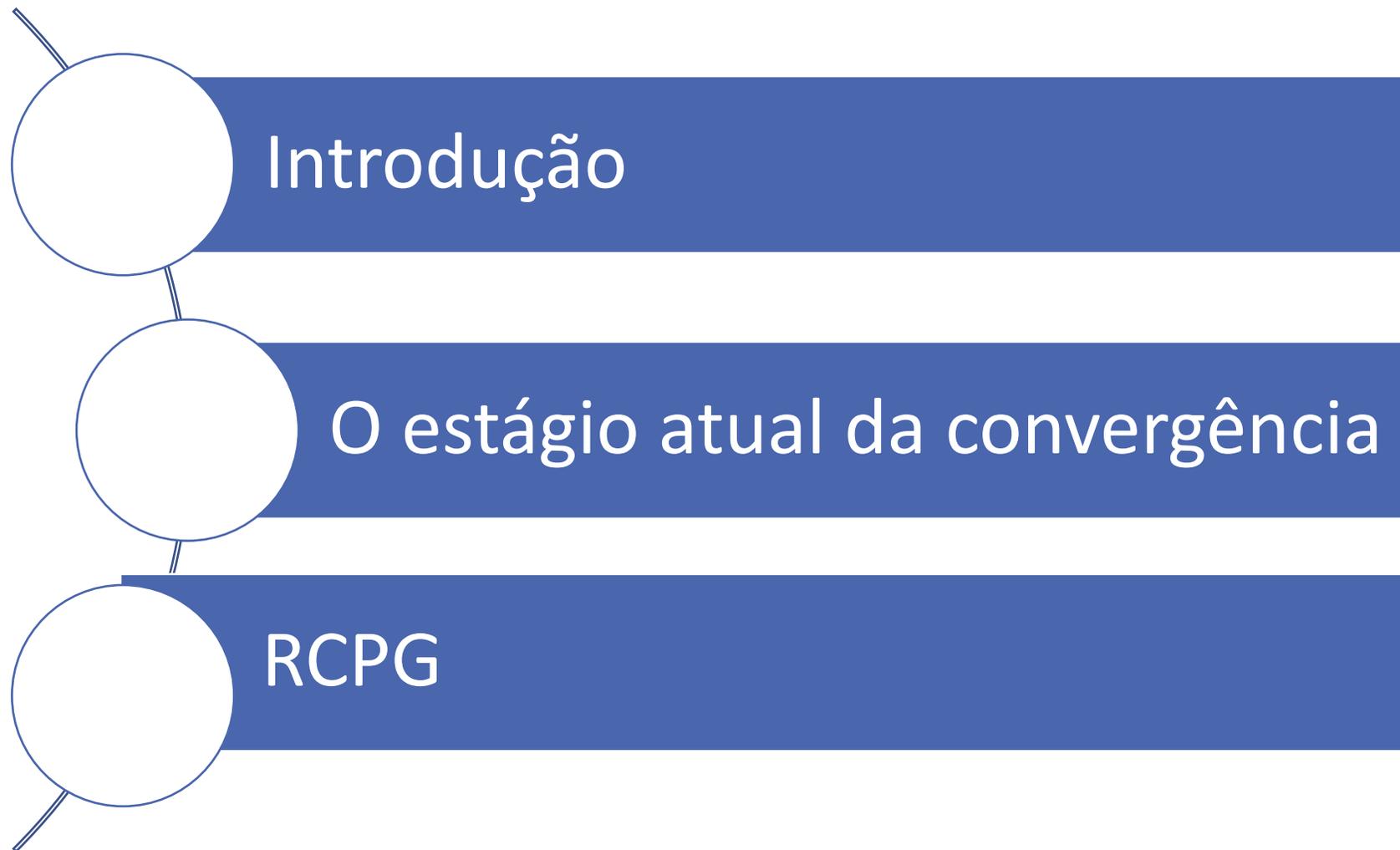


## EXPERIÊNCIAS DE IMPLANTAÇÃO DAS IPSAS NA AMÉRICA LATINA - BRASIL

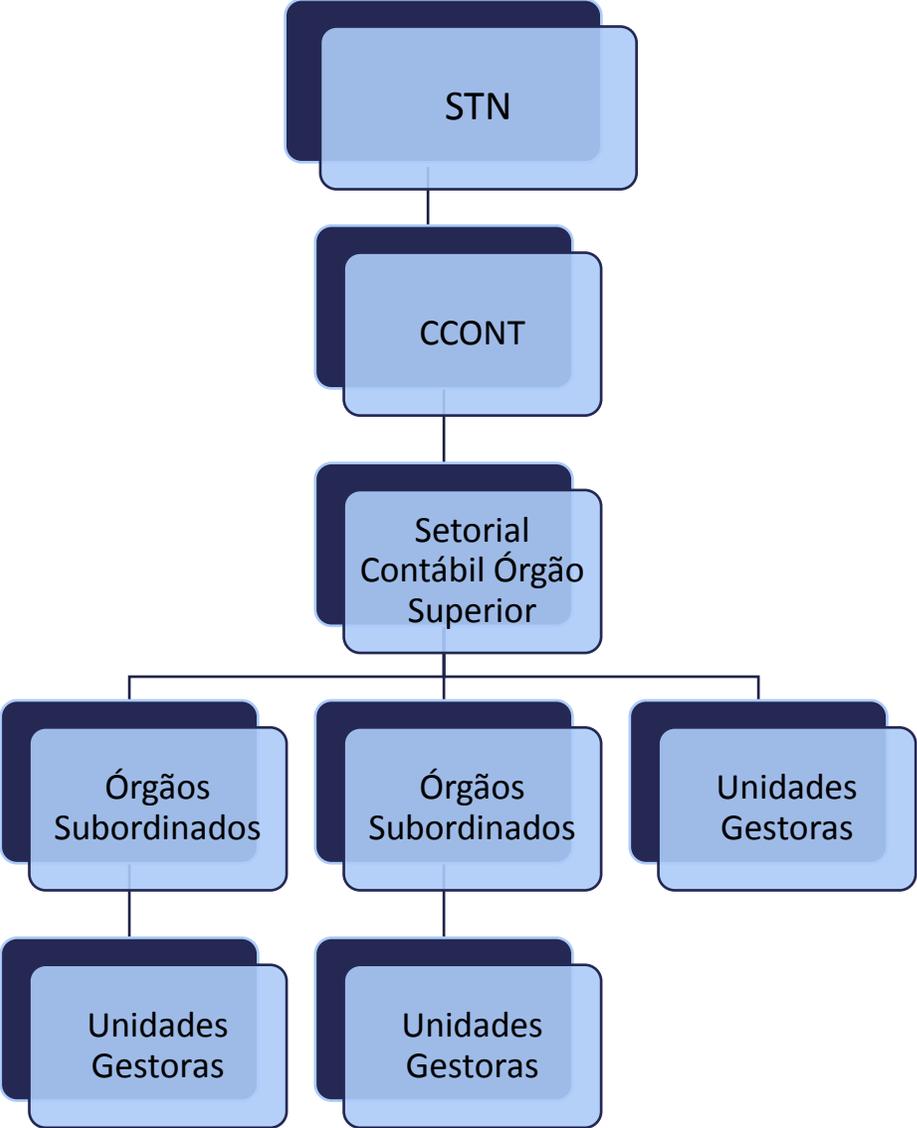
Outubro/2017

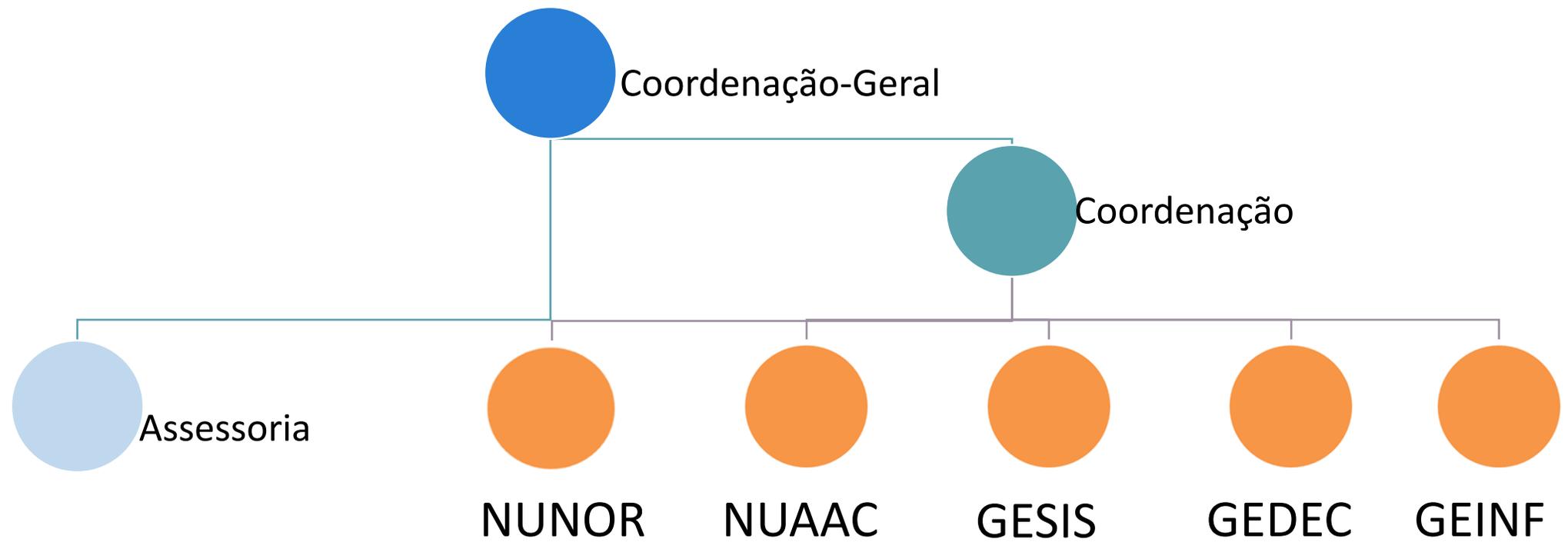




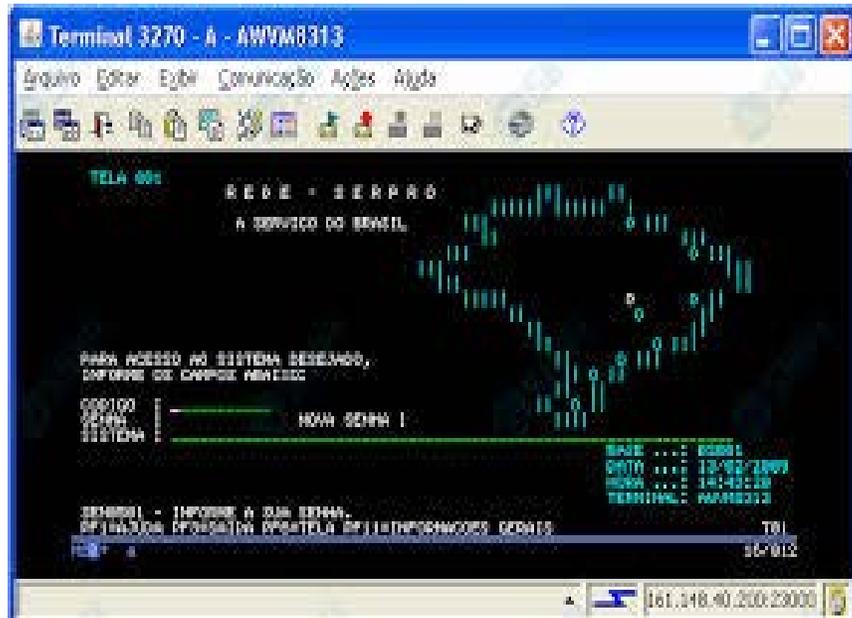
# Introdução

# STN - Órgão Central de Contabilidade da Administração Pública Federal





# O SIAFI



## Alguns dados:

Pagamentos em 2016: R\$ 2.677.783.164.610,50

Lançamentos contábeis em 2016: 847.113.003

Unidades gestoras ativas: 38.831

Usuários ativos: 89.599



# Desenho normativo do processo



CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL (UNIÃO)		
	ATIVO	PASSIVO
2015	Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e de contribuições)	Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)
2017	Dívida Ativa (-) Ajuste para perdas	
	Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura) (-) Depreciação e exaustão	Obrigações de benefícios a empregados
	Investimentos Permanentes (participação em estatais, outros)	
2018	Ativos e Passivos contingentes	
	Créditos previdenciários por competência	Provisão atuarial do regime próprio de previdência
2019	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres	Obrigações com fornecedores
	Bens de infraestrutura	
	Estoques	Provisões por competência
2021	Bens do patrimônio cultural	



IPSAS	Descrição	Relevância	Viabilidade	Custo x benefício
1	<i>Presentation of Financial Statements</i> (Apresentação das Demonstrações Contábeis)			
2	<i>Cash Flow Statements</i> (Demonstração dos Fluxos de Caixa)			
3	<i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i> (Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros)			
4	<i>The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates</i> (Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio)			
5	<i>Borrowing Costs</i> (Custos de Empréstimos)			
6	<i>Consolidated and Separate Financial Statements</i> (Demonstrações Consolidadas e Separadas)			
7	<i>Investments in Associates</i> (Investimento em Coligada e Controlada)			
8	<i>Interests in Joint Ventures</i> (Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto ( <i>Joint Venture</i> ))			
9	<i>Revenue from Exchange Transactions</i> (Receita de Transação com Contraprestação)			

# Estratégia



IPSAS	Descrição	Relevância	Viabilidade	Custo x benefício
10	<i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> (Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária)			
11	<i>Construction Contracts</i> (Contratos de Construção)			
12	<i>Inventories</i> (Estoques)			
13	<i>Leases</i> (Operações de Arrendamento Mercantil)			
14	<i>Events after the Reporting Date</i> (Eventos Subsequentes)			
15	<i>Financial Instruments: Disclosure and Presentation</i> (Instrumentos Financeiros: Evidenciação e Apresentação)			
16	<i>Investment Property</i> (Propriedade para Investimento)			
17	<i>Property, Plant and Equipment</i> (Ativo Imobilizado)			
18	<i>Segment Reporting</i> (Informações por Segmento)			
19	<i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes)			
20	<i>Related Party Disclosures</i> (Divulgação sobre Partes Relacionadas)			

# Estratégia

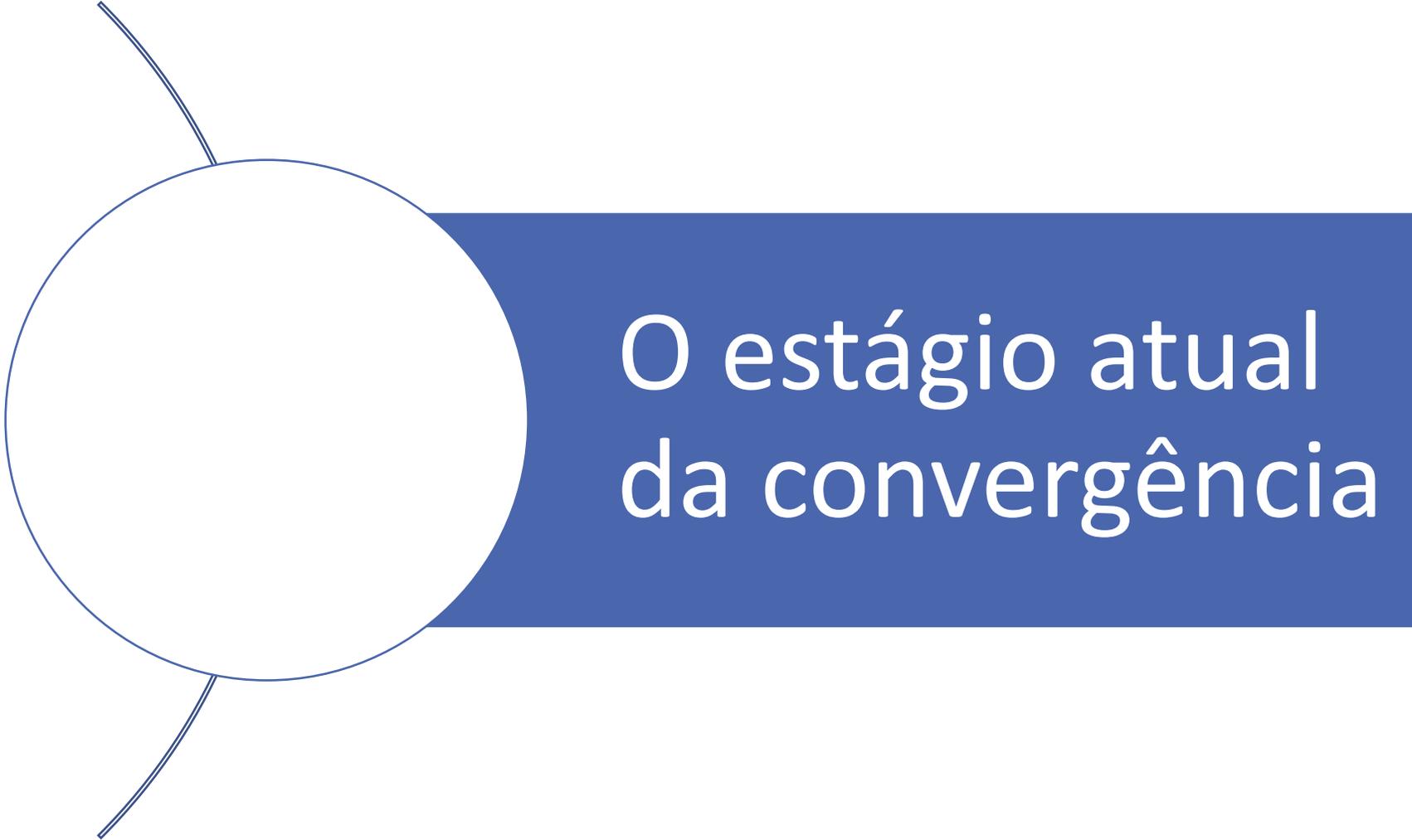


IPSAS	Descrição	Relevância	Viabilidade	Custo x benefício
21	<i>Impairment of Non-Cash-Generating Assets</i> (Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa)			
22	<i>Disclosure of Financial Information about the General Government Sector</i> (Divulgação de Informação Financeira sobre o Setor do Governo Geral)			
23	<i>Revenue from Non-Exchange Transactions (Taxes and Transfers)</i> (Receita de Transação sem Contraprestação)			
24	<i>Presentation of Budget Information in Financial Statements</i> (Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis)			
25	<i>Employee Benefits</i> (Benefícios a Empregados)			
26	<i>Impairment of Cash-Generating Assets</i> (Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa)			
27	<i>Agriculture</i> (Ativo Biológico e Produto Agrícola)			
28	<i>Financial Instruments: Presentation</i> (Instrumentos Financeiros: Apresentação)			
29	<i>Financial Instruments: Recognition and Measurement</i> (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)			

# Estratégia



IPSAS	Descrição	Relevância	Viabilidade	Custo x benefício
30	<i>Financial Instruments: Disclosures</i> (Instrumentos Financeiros: Evidenciação)			
31	<i>Intangible Assets</i> (Ativo Intangível)			
32	<i>Service Concession Arrangements: Grantor</i> (Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente)			
33	<i>First-time Adoption of Accrual Basis IPSASs</i> (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público)			
34	<i>Separate Financial Statements</i> (Demonstrações Separadas)			
35	<i>Consolidated Financial Statements</i> (Demonstrações Consolidadas)			
36	<i>Investments in Associates and Joint Ventures</i> (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto)			
37	<i>Joint Arrangements</i> (Negócios em Conjunto)			
38	<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i> (Divulgação de Participações em Outras Entidades)			
39	<i>Employee Benefits</i> (Benefícios a Empregados)			
40	<i>Public Sector Combinations</i> (Combinações do Setor Público)			



# O estágio atual da convergência

# BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO



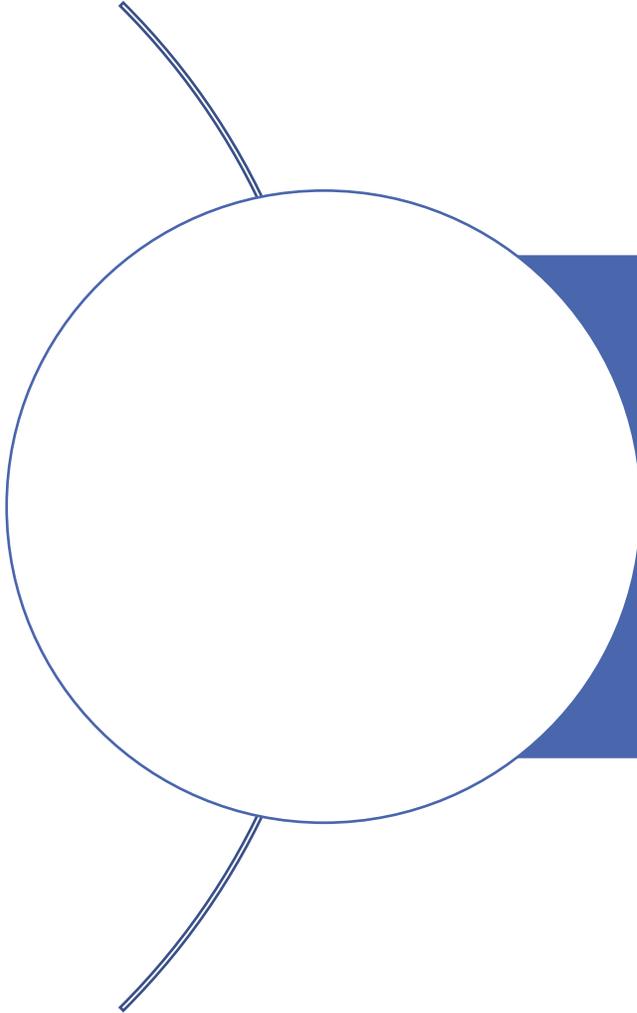
ATIVO	Em bilhões de R\$		
	2016	2015	2014
<b>Ativo Circulante</b>	1.435	1.371	1.210
Caixa e Equivalentes	1.108	939	661
Créditos a Curto Prazo	328	432	548
<b>Ativo Não Circulante</b>	3.238	2.986	3.876
Créditos a Longo Prazo	2.009	1.876	2.819
Investimentos	302	287	308
Imobilizado	927	823	749
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	4.673	4.357	5.085
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	2016	2015	2014
<b>Passivo Circulante</b>	1.065	1.046	878
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	38	43	39
Empréstimos e Financiamentos CP	656	806	690
Provisões a Curto Prazo	41	53	10
Demais Obrigações	330	144	139
<b>Passivo Não Circulante</b>	5.630	4.735	4.089
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	1.367	1.245	1.210
Empréstimos e Financiamentos LP	4.008	3.299	2.788
Outras Provisões a Longo Prazo	191	138	33
Demais Obrigações	64	53	58
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	6.695	5.781	4.967
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-2.021</b>	<b>-1.425</b>	<b>118</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	4.673	4.357	5.085

## No TCU, relator recomenda aprovar, com ressalvas, contas de 2016 de Dilma e Temer

Tribunal analisa nesta quarta as contas do ano passado de Dilma e Temer. Segundo relator, medida visa individualizar responsabilidades de cada presidente.

Em seu relatório, Bruno Dantas também observou, no que se refere ao balanço geral da União, distorções no patrimônio líquido, sendo R\$ 412 bilhões nos ativos, ou 9% do total, e de R\$ 58,7 bilhões nos passivos (0,9% do total).

Apesar disso, ele acrescentou que "verifica-se substancial evolução nas demonstrações em exame, na medida em que distorções existentes em anos anteriores eram mais expressivas". De acordo com o ministro, essas distorções no balanço geral da União "estão sendo sanadas".



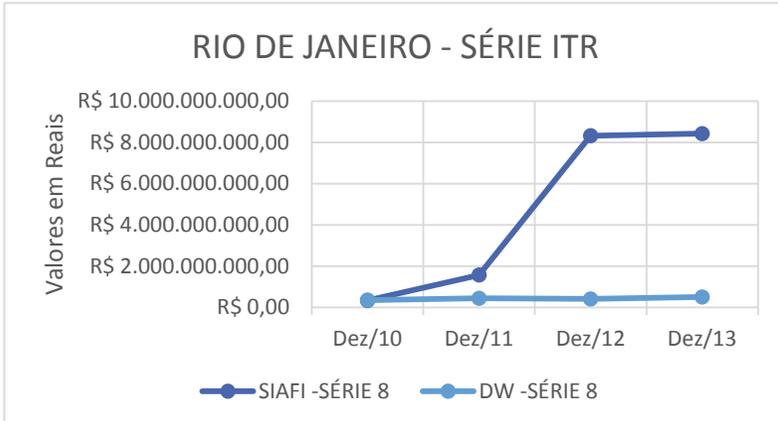
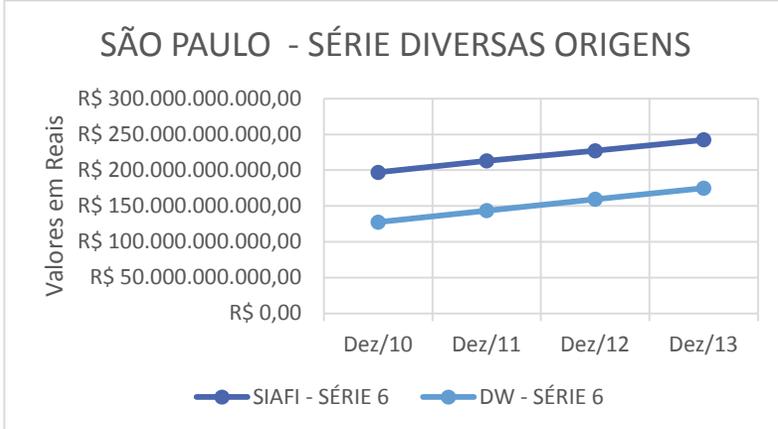
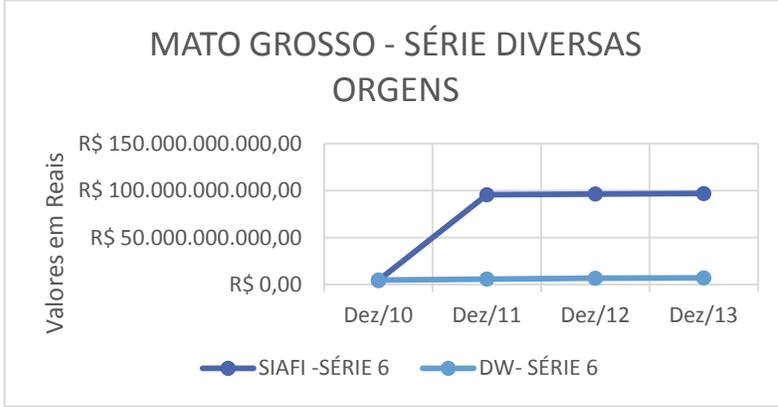
O estágio atual da  
convergência

**Créditos Tributários e Dívida Ativa**

# Primeiro GT do macroprocesso do crédito tributário

Portaria GMF nº 310, de 4 de abril de 2014

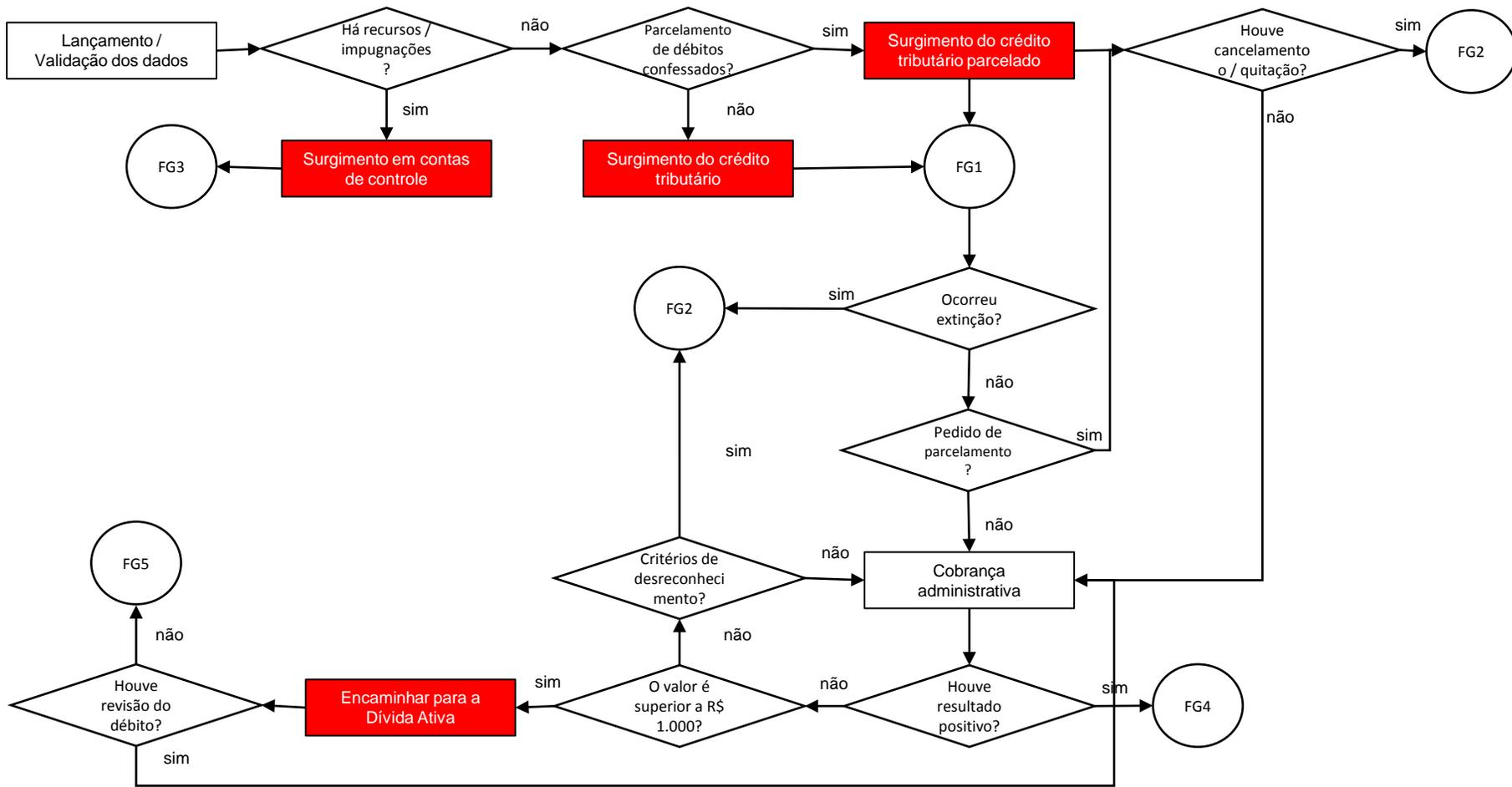
Objetivo: desenvolver estudos e apresentar soluções relacionadas à contabilização dos créditos tributários e não tributários e de dívida ativa, administrados pela SRFB e pela PGFN, e dos respectivos ajustes para perdas prováveis,



UF	Dezembro de 2013		
	SIAFI (A)	DW(B)	DIFERENÇA (A - B)
AC	1.251.351.370,01	1.339.381.425,35	-88.030.055,34
AL	6.811.037.211,83	7.105.116.124,28	-294.078.912,45
AM	11.605.303.641,75	12.042.143.543,70	-436.839.901,95
AP	1.446.765.060,88	1.476.494.811,05	-29.729.750,17
BA	27.925.373.419,99	32.195.970.183,34	-4.270.596.763,35
CE	17.734.013.718,42	18.185.092.177,63	-451.078.459,21
DF	16.494.210.646,37	16.793.310.989,29	-299.100.342,92
ES	17.711.046.406,59	18.384.347.780,80	-673.301.374,21
GO	22.564.019.114,69	22.649.089.530,38	-85.070.415,69
MA	7.569.475.771,44	7.256.527.766,91	312.948.004,53
MG	53.979.693.368,61	54.076.476.634,27	-96.783.265,66
MS	7.758.591.270,61	7.695.758.655,11	62.832.615,50
MT	102.740.648.926,04	13.278.785.107,16	89.461.863.818,88
PA	16.456.220.136,43	16.849.024.589,68	-392.804.453,25
PB	6.028.441.607,51	6.186.942.600,36	-158.500.992,85
PE	31.080.232.477,96	30.288.376.655,04	791.855.822,92
PI	3.554.105.205,06	3.639.052.754,56	-84.947.549,50
PR	41.434.243.120,99	43.461.049.442,99	-2.026.806.322,00
RJ	183.894.354.095,42	170.597.655.178,10	13.296.698.917,32
RN	6.690.320.349,10	5.877.877.495,14	812.442.853,96
RO	4.286.398.764,60	4.455.454.203,31	-169.055.438,71
RR	1.261.721.415,09	1.331.613.033,93	-69.891.618,84
RS	47.878.080.451,02	46.579.157.634,61	1.298.922.816,41
SC	25.294.229.470,92	24.982.202.978,23	312.026.492,69
SE	3.472.266.626,94	3.554.638.760,98	-82.372.134,04
SP	459.105.983.591,31	418.993.058.004,46	40.112.925.586,85
TO	2.999.550.850,17	3.509.626.425,47	-510.075.575,30
<b>TOTAL</b>	<b>1.129.027.678.089,76</b>	<b>992.784.224.486,13</b>	<b>136.243.453.603,63</b>



# Segundo GT do macroprocesso do crédito tributário

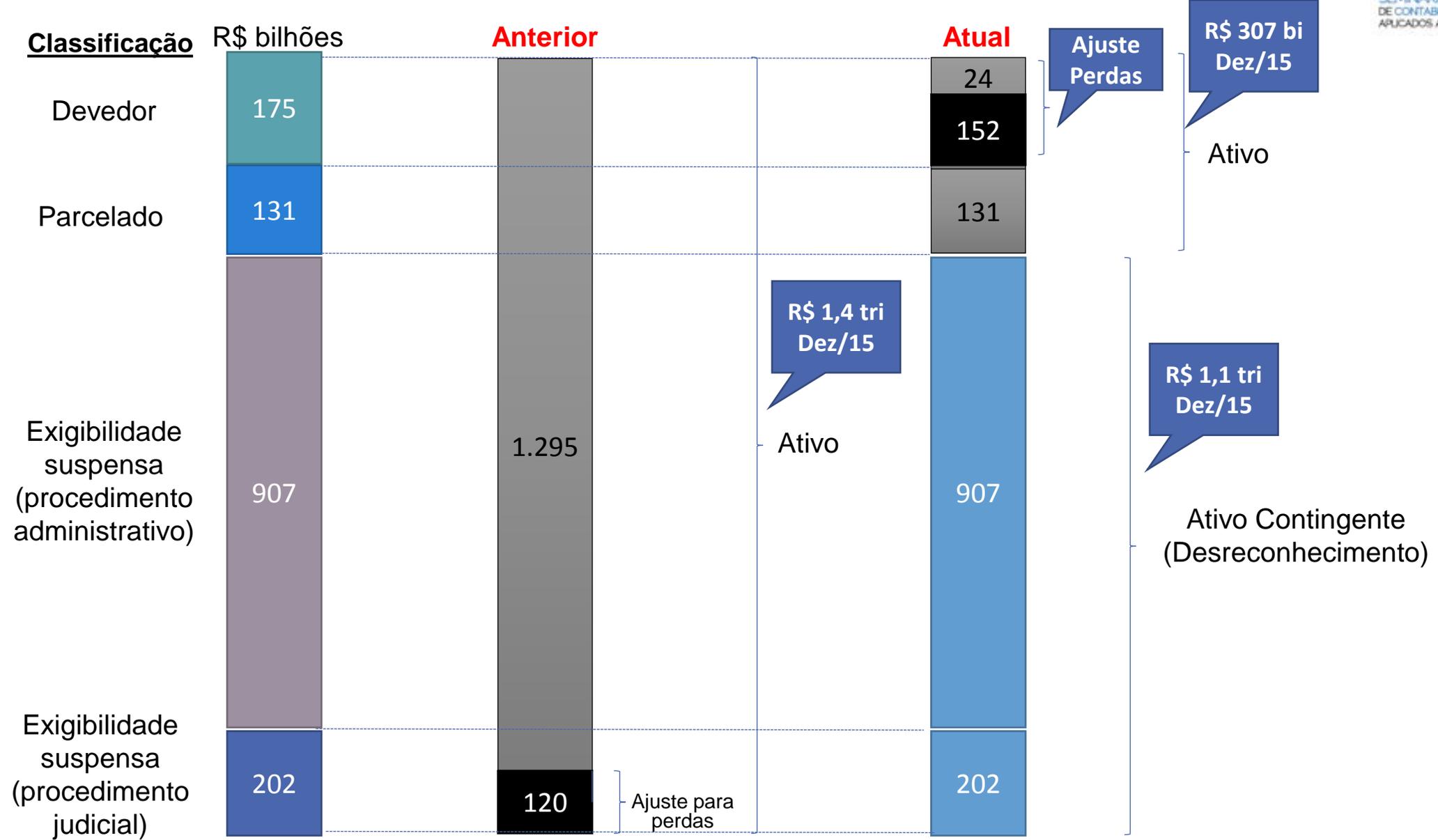


### Deliberações

- Com relação aos créditos tributários registrados na RFB:
  - Desreconhecimento no ativo dos créditos com exigibilidade suspensa em virtude de processos administrativos ou judiciais, com manutenção dos seus registros em contas de controle e menção em notas explicativas às demonstrações contábeis constantes do Balanço-Geral da União;
  - Manutenção no ativo dos créditos parcelados e na situação de “contribuinte devedor”;
  - Aplicação mesmo percentual do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa para os créditos na situação de “contribuinte devedor” (acima de mil reais); e
  - Aplicação da metodologia de taxa de insucesso para o cálculo do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa para os créditos na situação de “contribuinte devedor” (abaixo de mil reais).

# Segundo GT do macroprocesso do crédito tributário

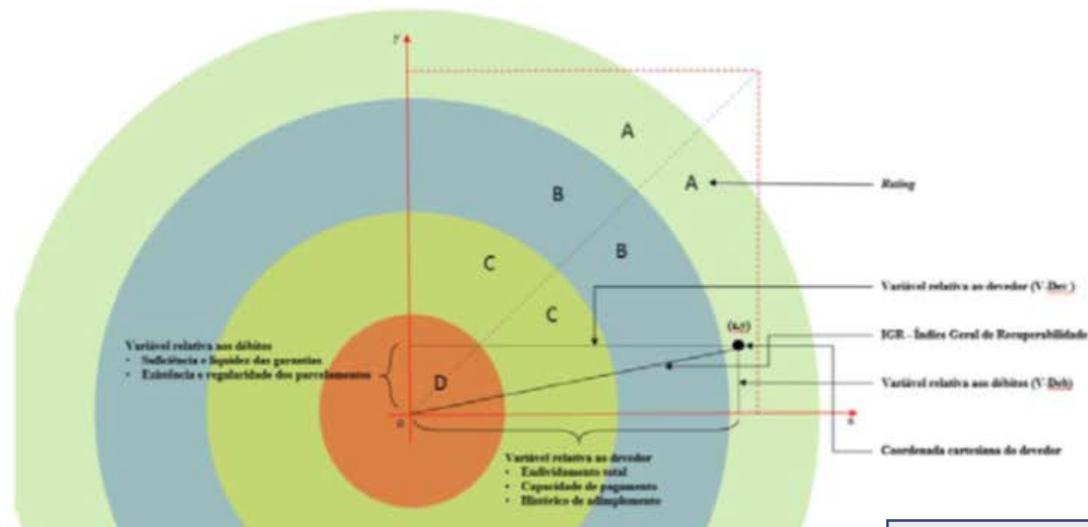
## Situações anterior e atual para os créditos na RFB



## Terceiro GT do macroprocesso do crédito tributário

### Portaria MF nº 293, de 12/6/2017 – classificação dos créditos da dívida ativa

Objetivo: avaliar os procedimentos que se referem aos créditos a receber inscritos em dívida ativa da União e respectivo ajuste para perdas.

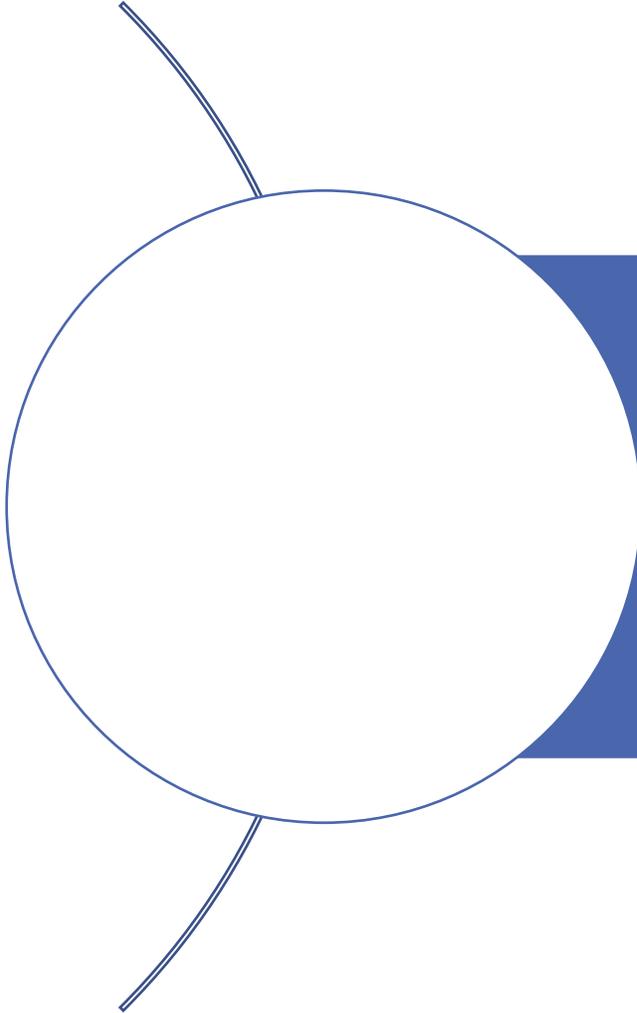


IGR	RATING
IGR >= 100	A
10 <= IGR < 100	B
1 <= IGR < 10	C
IGR < 1	D

#### Possibilidade de recebimento

- a) Classe "A": Alta
- b) Classe "B": Media
- c) Classe "C": Baja
- d) Classe "D": Remota/Irrecuperables

- Ajuste para perdas da dívida ativa:  
Rating "A" = 30% e "B" = 50%
- Créditos com rating "C" o "D"  
Desreconhecimento



O estágio atual da  
convergência

**Participações em Controladas e  
Coligadas**

### O MEP e os dividendos

- A **ICPC 08 (R1)** - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, de 30/08/2012, assegura que os **dividendos intermediários declarados, os dividendos fixos e mínimos e o dividendo obrigatório**, bem como o **JCP** imputado à esse, devem figurar no **passivo** da entidade como uma obrigação.

#### **Patrimônio Líquido - PL**

(-) Elementos não Patrimoniais

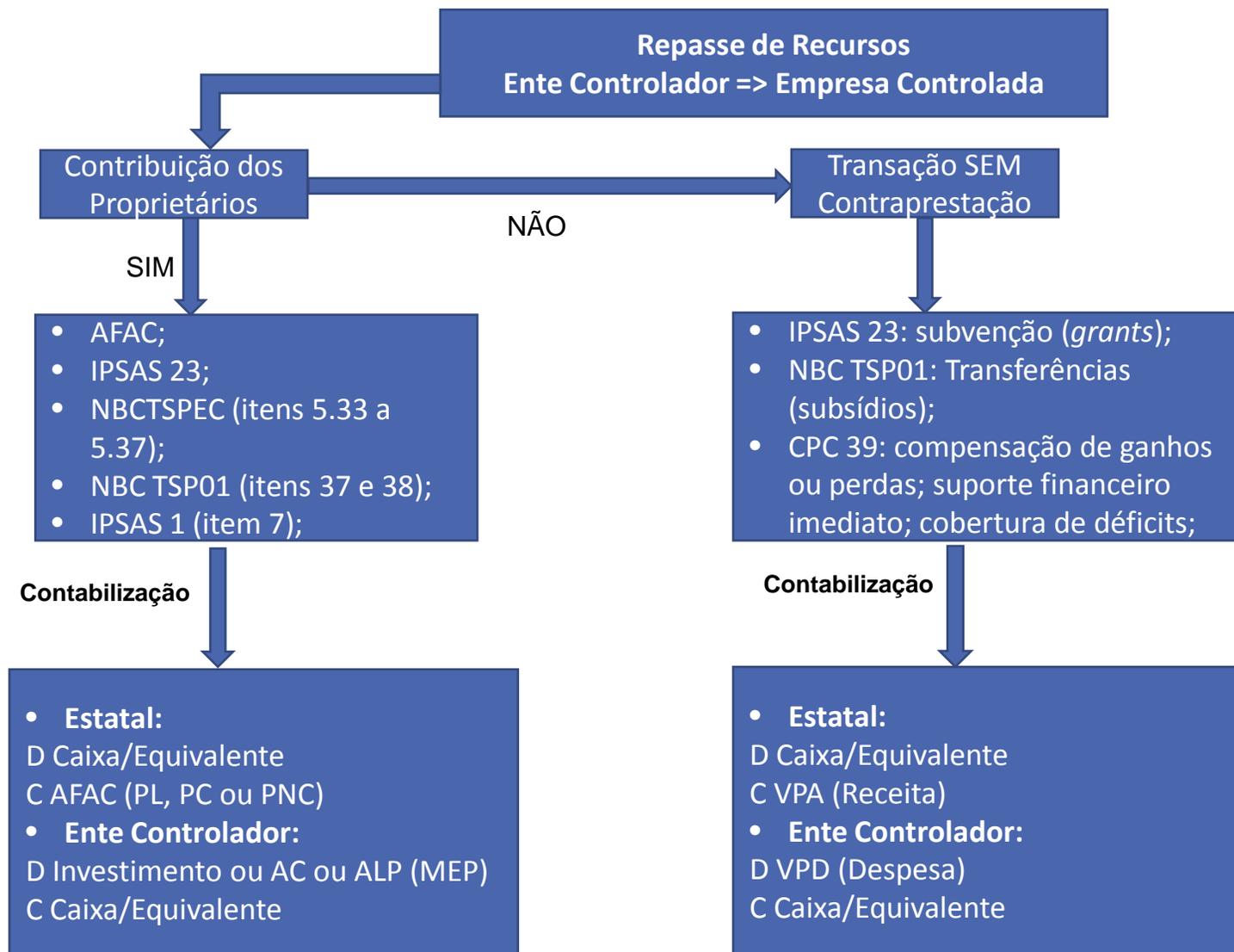
(Instrumento Elegível a Capital e outros congêneres)

(-) AFAC, se constar no PL

(+) Dividendos/JCP declarados

---

**PL Ajustado**



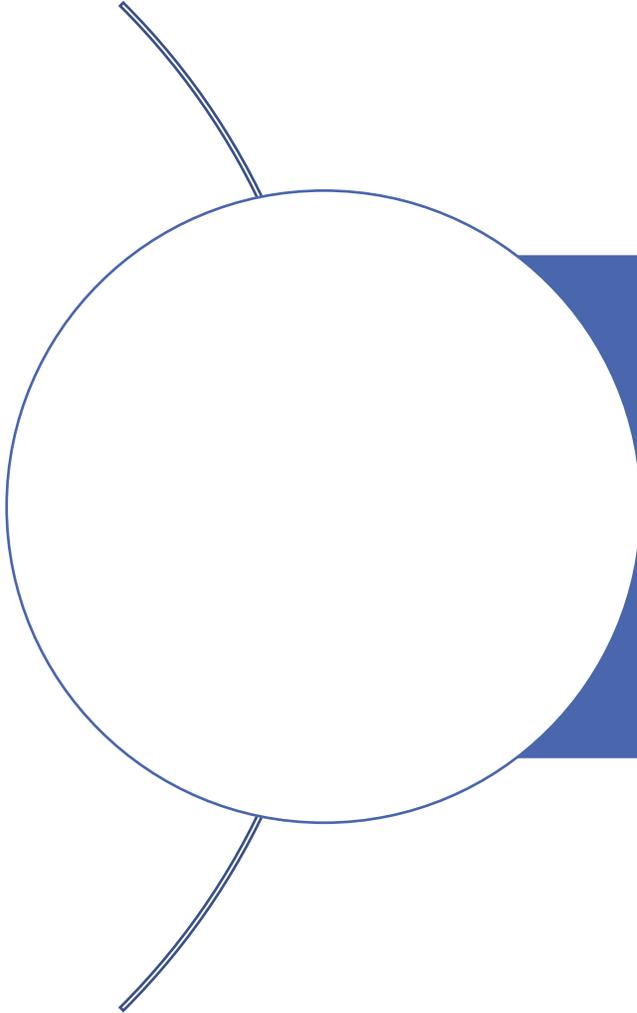
### AFAC: Investimento ou Recebível? PL ou Passivo?

Para que um AFAC se qualifique como um instrumento patrimonial (PL), ele precisa atender três condições básicas:

- Sua conversão deve ser irrevogável e irretratável;
- O adiantamento deve estar na moeda funcional da entidade e não pode prever indexação;
- A quantidade de ações no qual o adiantamento será convertido deve ser fixa (i.e pré estabelecida).

### Registro Contábil de AFAC (Decreto 2.673/98 + CPC 39)

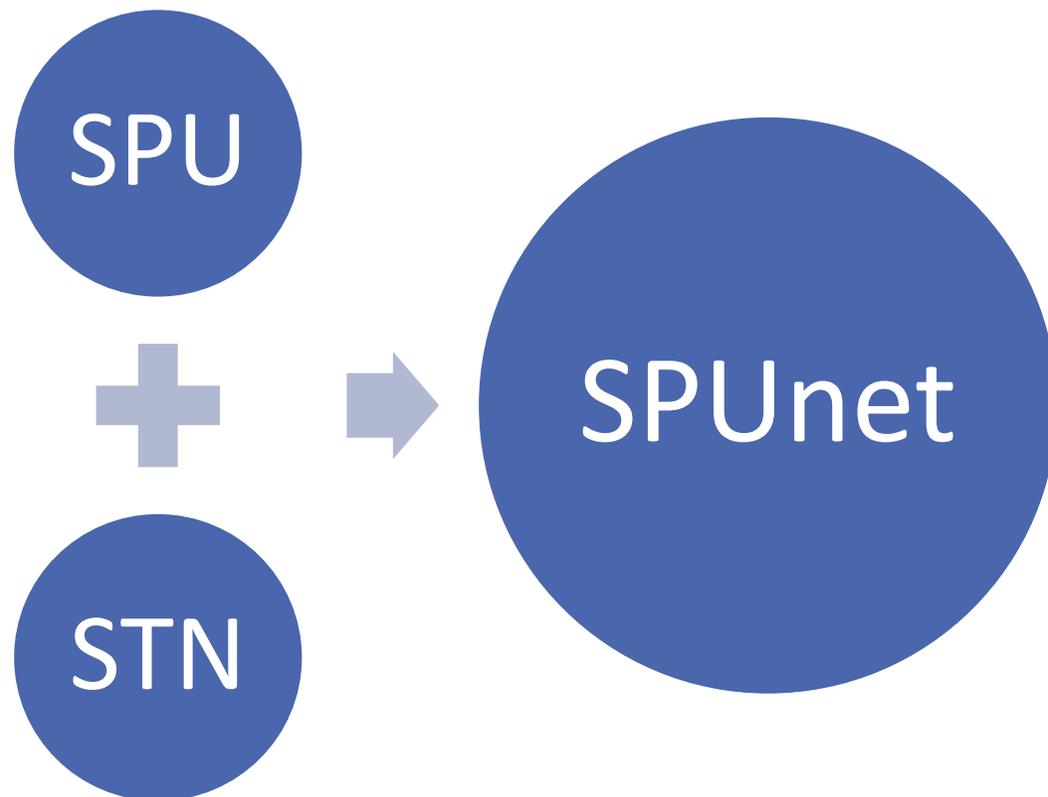
Capital Social	Emissão de ações	Correção AFAC	Prazo Integralização	Registro Contábil (Empresa)	Registro Contábil (União)
100% União Empresa Pública	Sem emissão	Sem correção	Até a AGO do exercício seguinte	Patrimônio Líquido	<b>Ativo Não Circulante - Investimento</b>
100% Público (União, Autarquias, Estados, DF, e Municípios) SA	Com emissão ( <i>a posteriori</i> )	Sem correção	Até a AGO do exercício seguinte	Passivo Circulante	<b>Ativo Circulante</b>
Público Privado e	Com emissão	Selic	Não definido	Passivo Não Circulante	<b>Ativo Não Circulante - RLP</b>



# O estágio atual da convergência

## **Imobilizado**

- SPIUNet controla atualmente bens imóveis de uso especial
- STN atua em conjunto com a SPU no desenvolvimento do módulo de contabilização do SPUNet (novo sistema de imóveis da União)



## Atividades



Análise dos atos e fatos contábeis, sendo possível o desreconhecimento no caso de cessão de bens a terceiros.



Desenvolvimento de eventos e situações no SIAFI.



Atualmente as demonstrações contábeis consolidadas da União expõem e evidenciam apenas as rodovias federais administradas pelo DNIT.

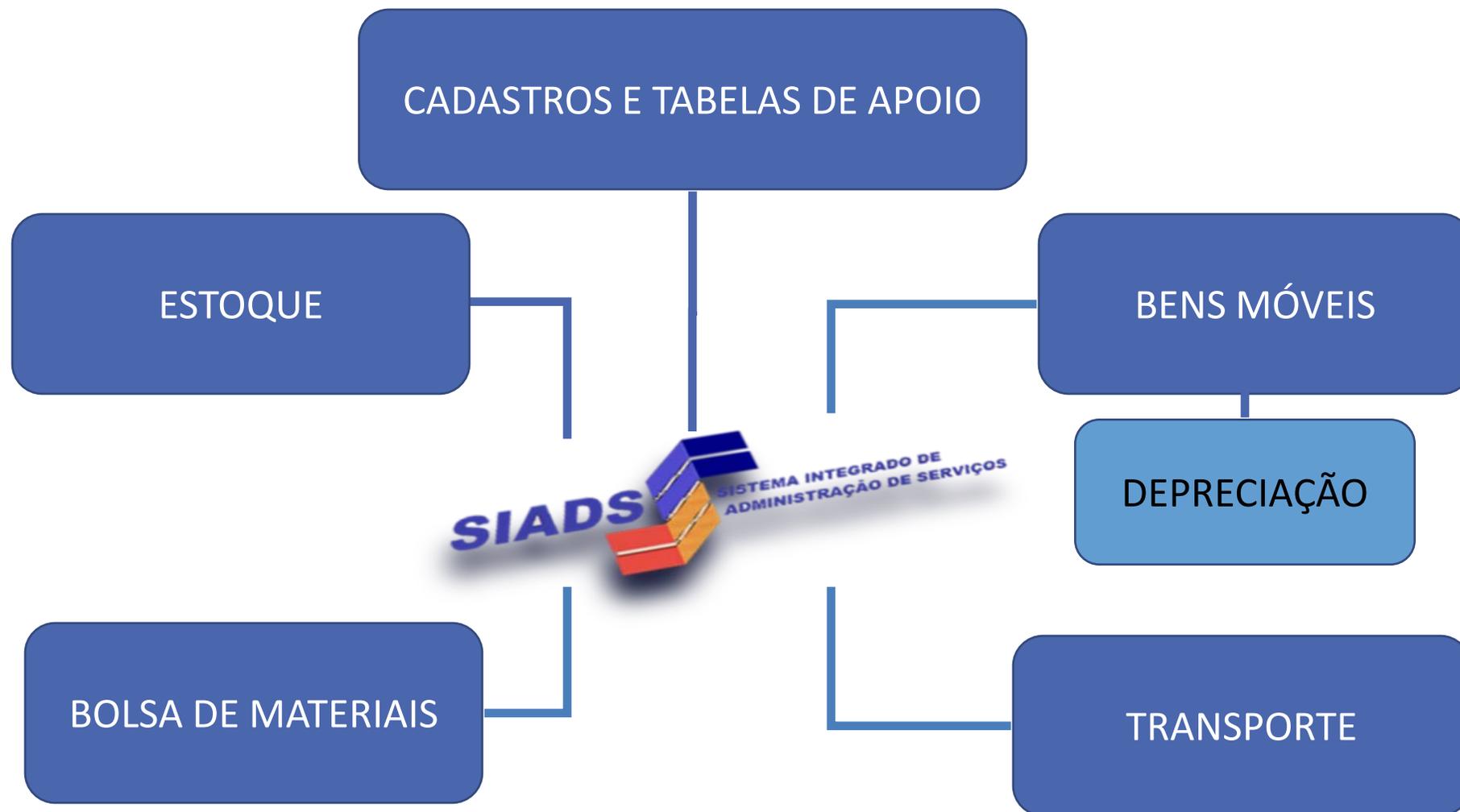
## Próximos passos

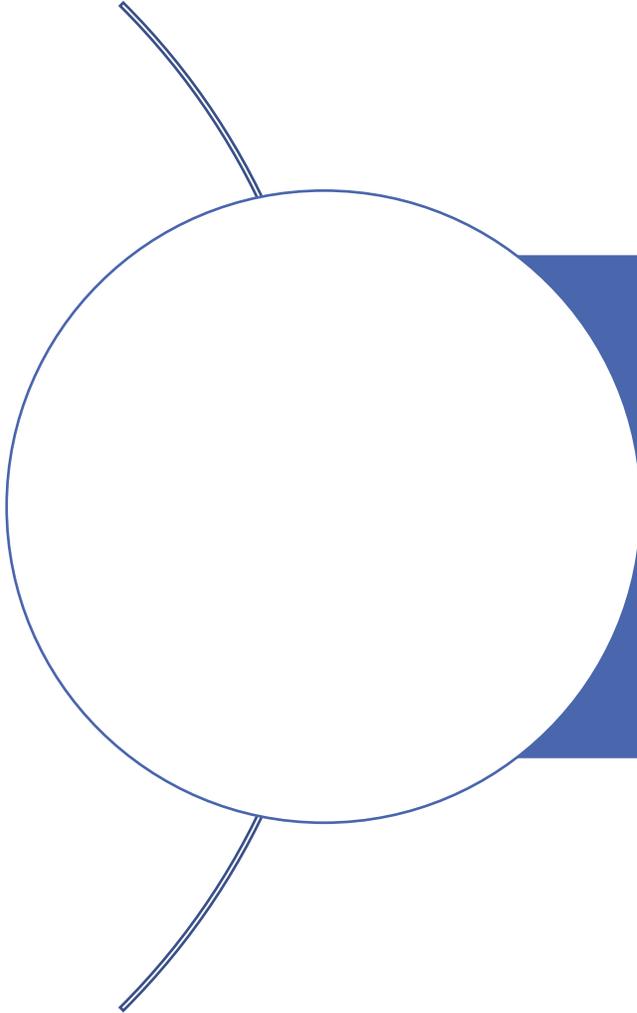


Reconhecer ferrovias, nos moldes das rodovias



Analisar diretrizes para o reconhecimento de hidrovias





# O estágio atual da convergência

## Benefícios a Empregados (Pós Emprego)

# Provisões Matemáticas Previdenciárias servidores civis (2016), em R\$

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2016



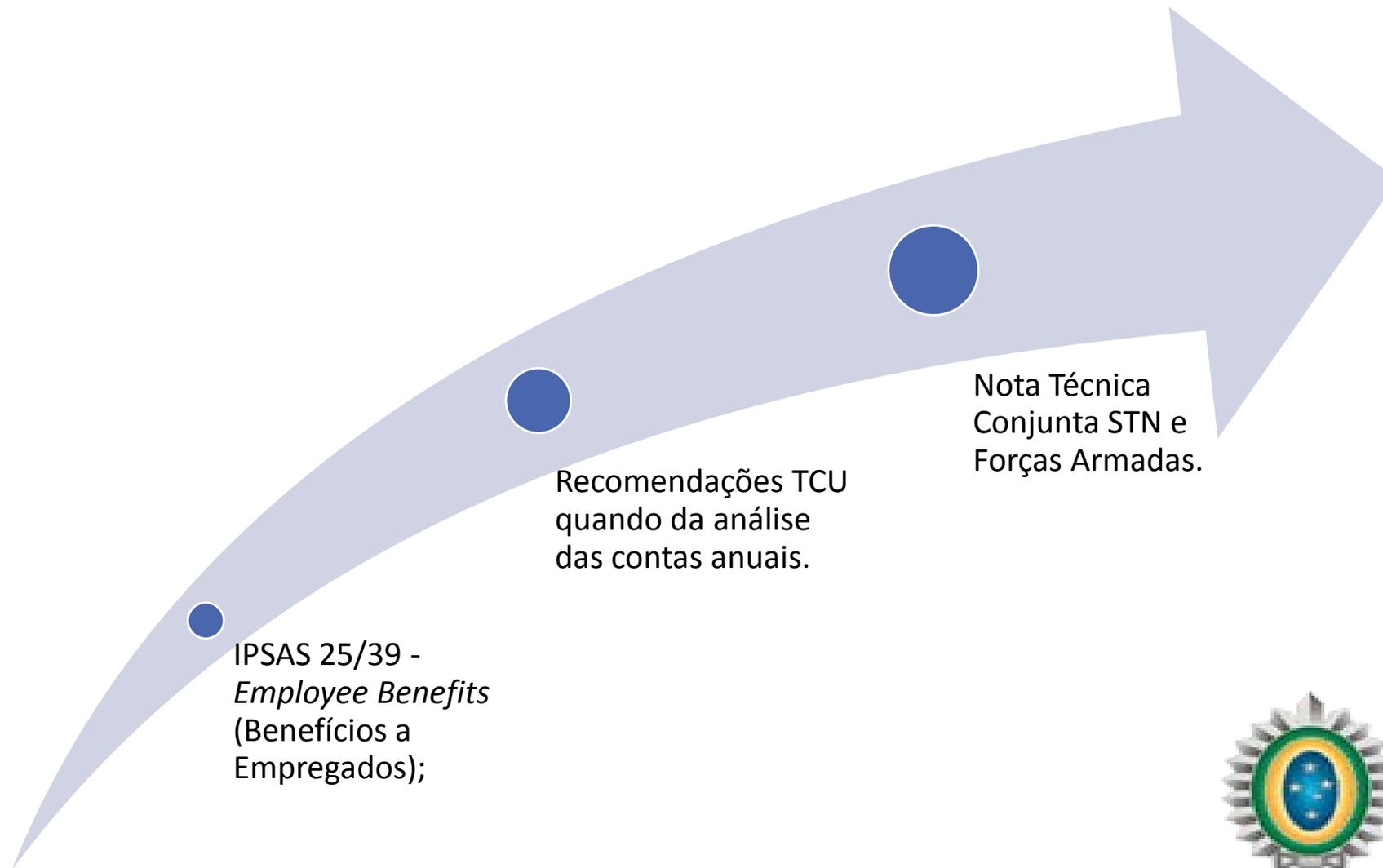
			R\$ milhares
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2016	2015
<b>Passivo Circulante</b>			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		38.128.997	43.293.104
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	06	656.003.290	805.963.855
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	3.407.533	15.267.196
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		204.489	210.798
Obrigações de Repartições a Outros Entes		874.574	235.059
Provisões a Curto Prazo	08	41.115.288	53.194.350
Demais Obrigações a Curto Prazo	54	325.102.186	127.905.707
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.064.836.357</b>	<b>1.046.070.069</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		1.534.567	1.521.816
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	06	4.008.353.585	3.298.587.647
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	07	100.435	98.287
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		68.007	103.434
<b>Provisões a Longo Prazo</b>	<b>08</b>	<b>1.556.152.697</b>	<b>1.382.019.510</b>
Demais Obrigações a Longo Prazo		63.381.457	52.615.930
Resultado Diferido		336.618	162.186
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>5.629.927.366</b>	<b>4.735.108.810</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Patrimônio Social e Capital Social		12.464.880	31.411.718
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital			-
Reservas de Capital		290.669	290.671
Ajustes de Avaliação Patrimonial		362.692	245.487
Reservas de Lucros		96.022	90.057
Demais Reservas		7.356.756	7.359.958
Resultados Acumulados		(2.041.281.554)	(1.463.148.322)
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		(776.884)	(776.884)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(2.021.487.419)</b>	<b>(1.424.527.315)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.673.276.304</b>	<b>4.356.651.564</b>

Prov. Mat. Previdenciárias	1.364.502.684.701,07
Demais Provisões de LP	191.650.012.393,05
<b>TOTAL</b>	<b>1.556.152.697.094,12</b>

## Provisões Matemáticas Previdenciárias servidores civis (2016), em R\$

Benefícios Concedidos	638.883.853.469,12
- Contribuições do Inativo	(26.258.710.526,91)
- Contribuições do Pensionista	(6.516.648.656,11)
Subtotal - Benefícios Concedidos	606.108.494.286,09
Benefícios a Conceder	1.017.491.926.313,95
- Contribuições do Ente	(141.692.322.149,66)
- Contribuições do Ativo	(70.846.161.074,83)
- Contribuições do Aposentado e do Pensionista	(46.559.252.674,49)
Subtotal - Benefícios a Conceder	758.394.190.414,97
Total	1.364.502.684.701,07

# Provisão sobre Pensões e notas explicativas sobre inativos militares

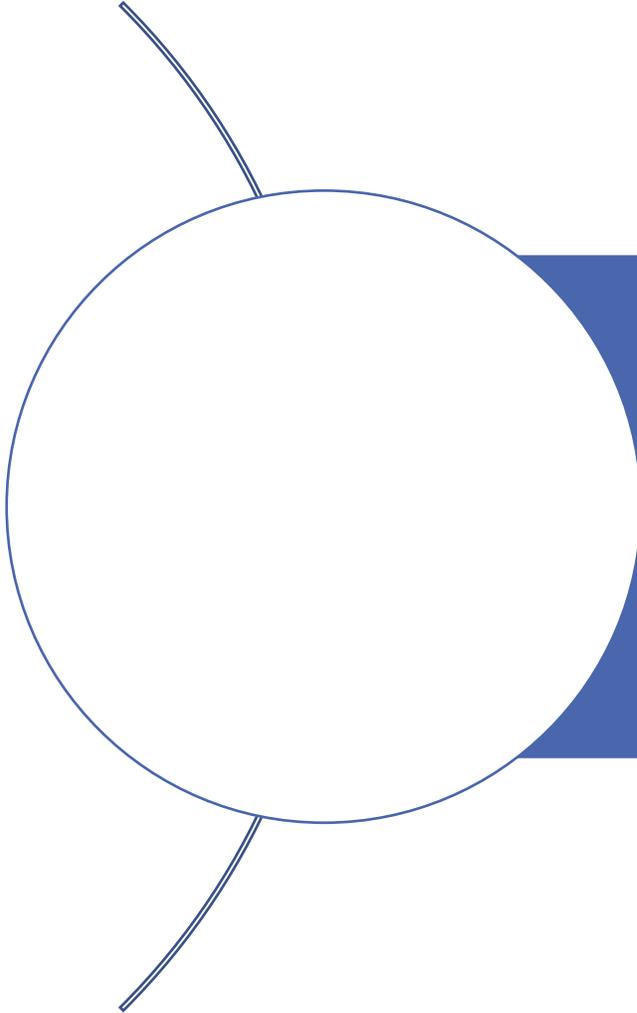


IPSAS 25/39 -  
*Employee Benefits*  
(Benefícios a  
Empregados);

Recomendações TCU  
quando da análise  
das contas anuais.

Nota Técnica  
Conjunta STN e  
Forças Armadas.



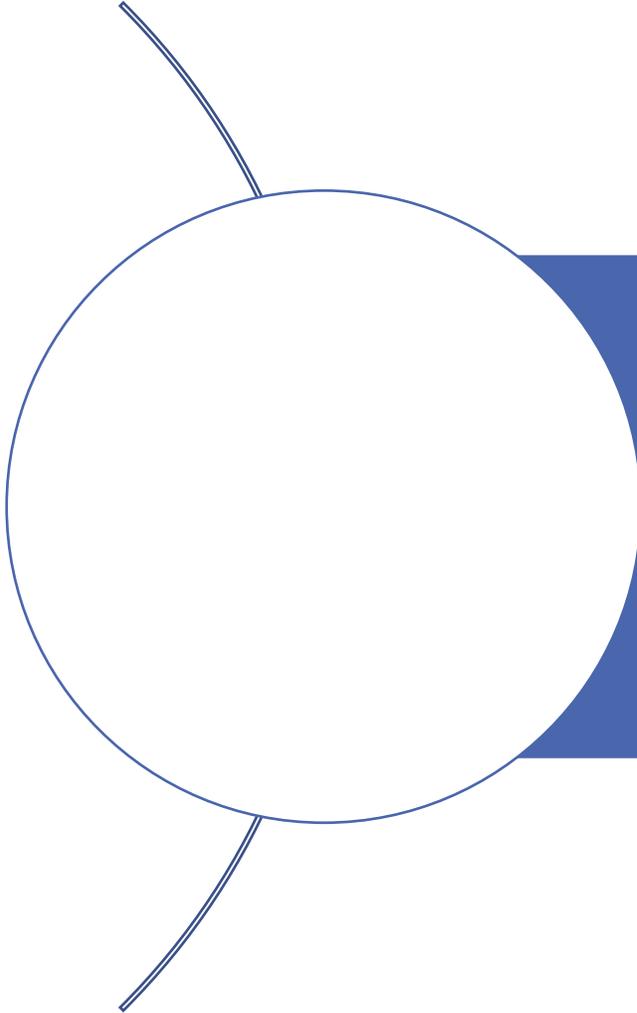


O estágio atual da  
convergência

**Provisões e Passivos Contingentes -  
demandas judiciais**

Art. 3º A classificação das ações quanto à probabilidade de perda observará os seguintes critérios:

**I - Risco Provável:** a) quando houver Súmula Vinculante desfavorável à Fazenda Pública; b) quando houver ação de controle concentrado de constitucionalidade, com decisão de colegiado do Supremo Tribunal Federal - STF desfavorável à Fazenda Pública, ainda que pendente o debate quanto à eventual modulação dos efeitos; c) quando houver decisão de órgão colegiado do STF desfavorável à Fazenda Pública proferida em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, ainda que pendente a publicação do acórdão ou o julgamento dos embargos de declaração; d) quando houver recurso representativo de controvérsia julgado por órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça - STJ ou do Tribunal Superior do Trabalho - TST desfavorável à Fazenda Pública, ainda que pendente a publicação do acórdão ou o julgamento dos embargos de declaração e desde que não haja matéria passível de apreciação pelo STF; e) quando houver Súmula, Enunciado ou Orientação Jurisprudencial emitida pelo STJ ou TST desfavorável à tese da Fazenda Pública, desde que não haja matéria passível de apreciação pelo STF; f) quando na ação judicial houver decisão desfavorável à tese da Fazenda Pública proferida por órgão colegiado do STF; g) quando na ação judicial houver decisão desfavorável à Fazenda Pública proferida por órgão colegiado dos demais tribunais superiores, desde que não haja matéria passível de apreciação pelo STF; e h) quando a ação judicial estiver em fase de execução. **II - Risco Possível:** a) quando houver recurso representativo de controvérsia julgado pelo STJ ou pelo TST desfavorável à Fazenda Pública, nos casos em que houver possibilidade jurídica de a matéria ser conhecida pelo STF; b) quando houver Súmula, Enunciado ou Orientação Jurisprudencial emitida pelo STJ ou TST desfavorável à tese da Fazenda Pública, nos casos em que houver possibilidade jurídica de a matéria ser conhecida pelo STF; c) quando houver incidente de inconstitucionalidade julgado por Tribunal Superior desfavorável à tese da Fazenda Pública, enquanto a matéria ainda não tiver sido apreciada por órgão colegiado do STF; d) quando na ação judicial houver decisão desfavorável à Fazenda Pública proferida por órgão colegiado do STJ ou do TST, nos casos em que houver possibilidade jurídica de a matéria ser conhecida pelo STF; e e) quando a ação tramitar no STF sem decisão de mérito proferida pelo órgão colegiado, desde que tenha havido decisão desfavorável do tribunal a quo. **III - Risco Remoto:** ações que não se enquadrem na classificação prevista nos incisos I e II.



O estágio atual da  
convergência

**Apropriações por competência  
(férias e 13º salário)**

# 13º Salário

Adiantamento  
da primeira  
parcela:

*DFL031 – Despesa com  
Adiantamentos de 13º Salário*

D – **11.311.0101** (Adiantamento de 13º)

C – 21.111.0101 (Salários a pagar)

Rotina  
Mensal

***PRV001/003 – Apropriação Mensal  
do 13º a Pagar***

D – 31.1X1.0600 (13º)

C – **21.111.0103 (P)** (13º a pagar)

*CRDXXX – Baixa do Adiantamento de  
13º Contra o passivo (menor saldo)*

D – **21.111.0103 (P)** (13º a pagar)

C – **11.311.0101** (Adiantamento de 13º)

Novembro -  
Pagamento  
da Segunda  
Parcela

*DFL031 – Despesa com  
Adiantamento de 13º Salário*

D – **11.311.0101** (Adiantamento de 13º)

C – 21.111.0101 (Salários a pagar)

*AFL031 – Anulação do  
Adiantamento de 13º Salário*

D – 21.111.0101 (Salários a pagar)

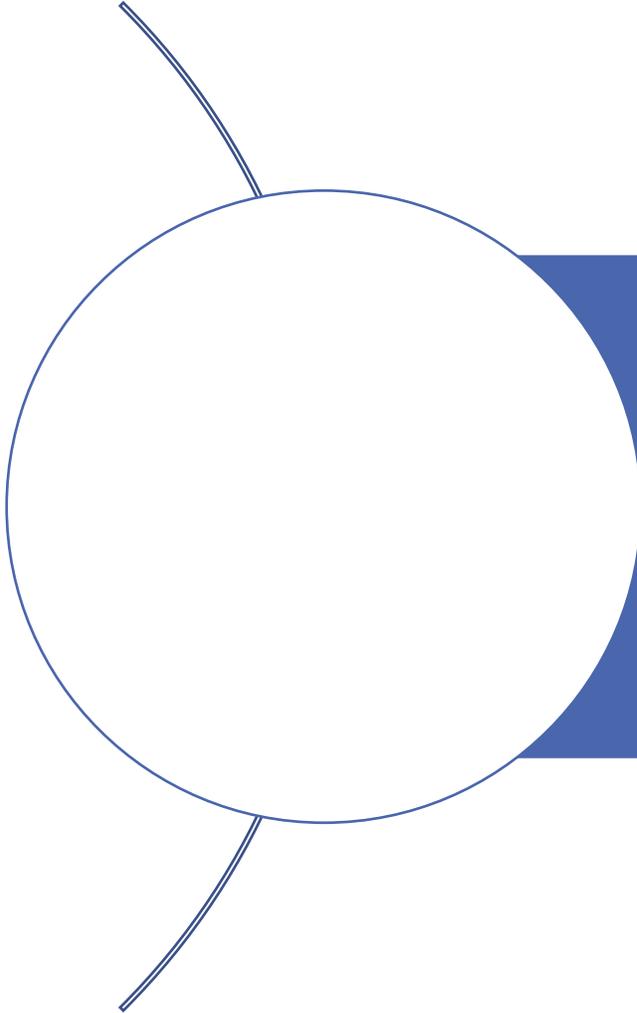
C – **11.311.0101** (Adiantamento de 13º)

# Férias

<b>Pagamento do Abono Constitucional (1/3)</b>	<i>DFL032 – Despesa com Abono Constitucional de 1/3 de Férias</i>	<i>D – 11.311.01.02 (P) (Adiantamento de Férias)</i>
		<i>C – 21.111.01.01 (F) (Salários)</i>
<b>Baixa do Salário no Período de Férias (4/3)</b>	<i>DFL001/011/021 – Despesa com Remuneração a Pessoal Ativo</i>	<i>D – 31.1X1.XX.00 (VPD de Salários)</i>
		<i>C – 21.111.01.01 (F) (Salários a pagar)</i>
<b>Rotina Mensal (4/3)</b>	<i>CRD0XX – Reversão da VPD contra Adiantamento</i>	<i>D – 11.311.01.02 (P) (Adiantamento de Férias)</i>
		<i>C – 31.1X1.XX.00 (VPD de Salários)</i>
<b>Rotina Mensal (4/3)</b>	<b><i>PRV002 – Apropriação mensal de Férias a pagar – Pessoal Ativo</i></b>	<b><i>D – 31.3X1.05.00 (Férias)</i></b>
		<b><i>C – 21.111.01.03 (P) (Férias a pagar)</i></b>
<b>Rotina Mensal (4/3)</b>	<i>CRD001 – Ajuste Adiantamento x Passivo – menor saldo</i>	<i>D – 21.111.01.03 (P) (Férias a pagar)</i>
		<i>C – 11.311.01.02 (Adiantamento de Férias)</i>



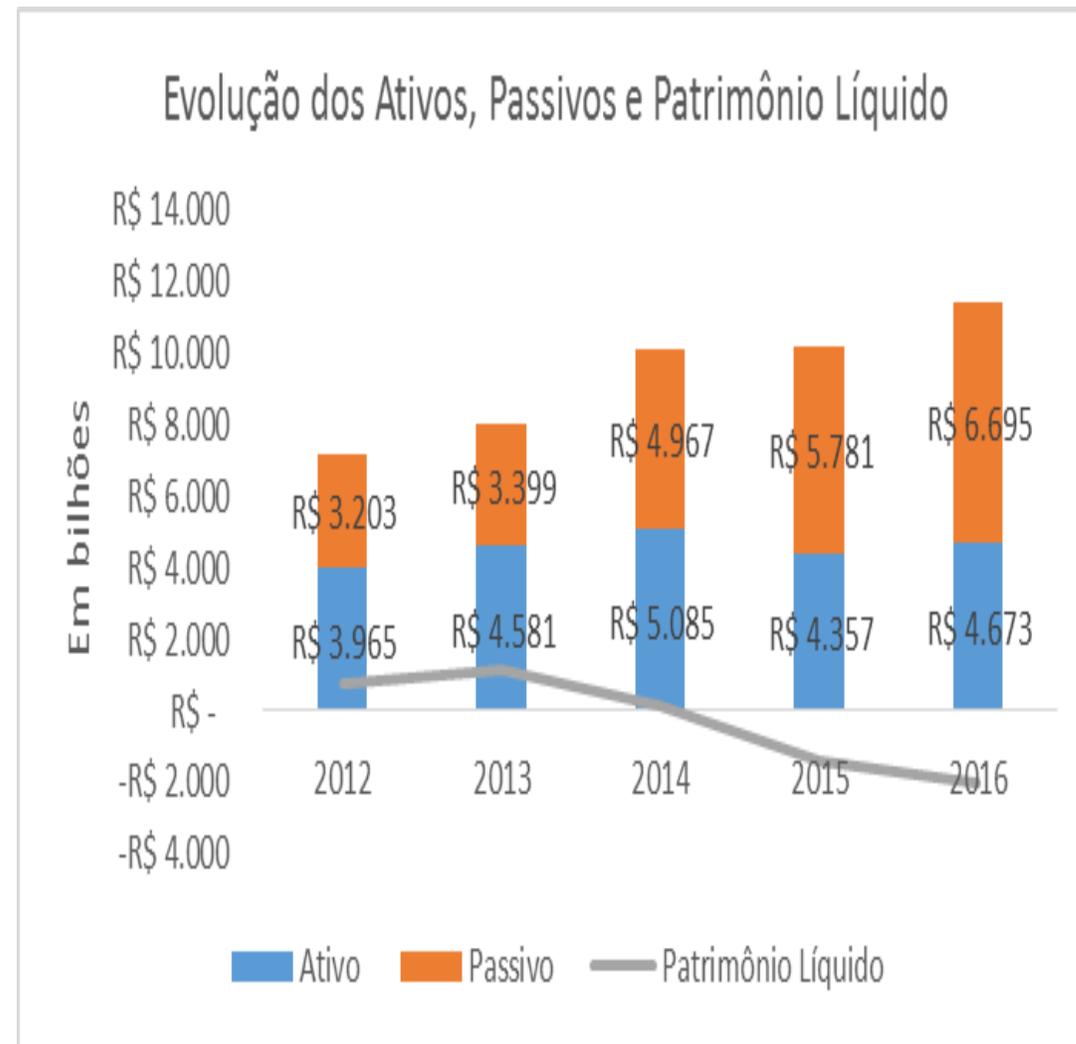
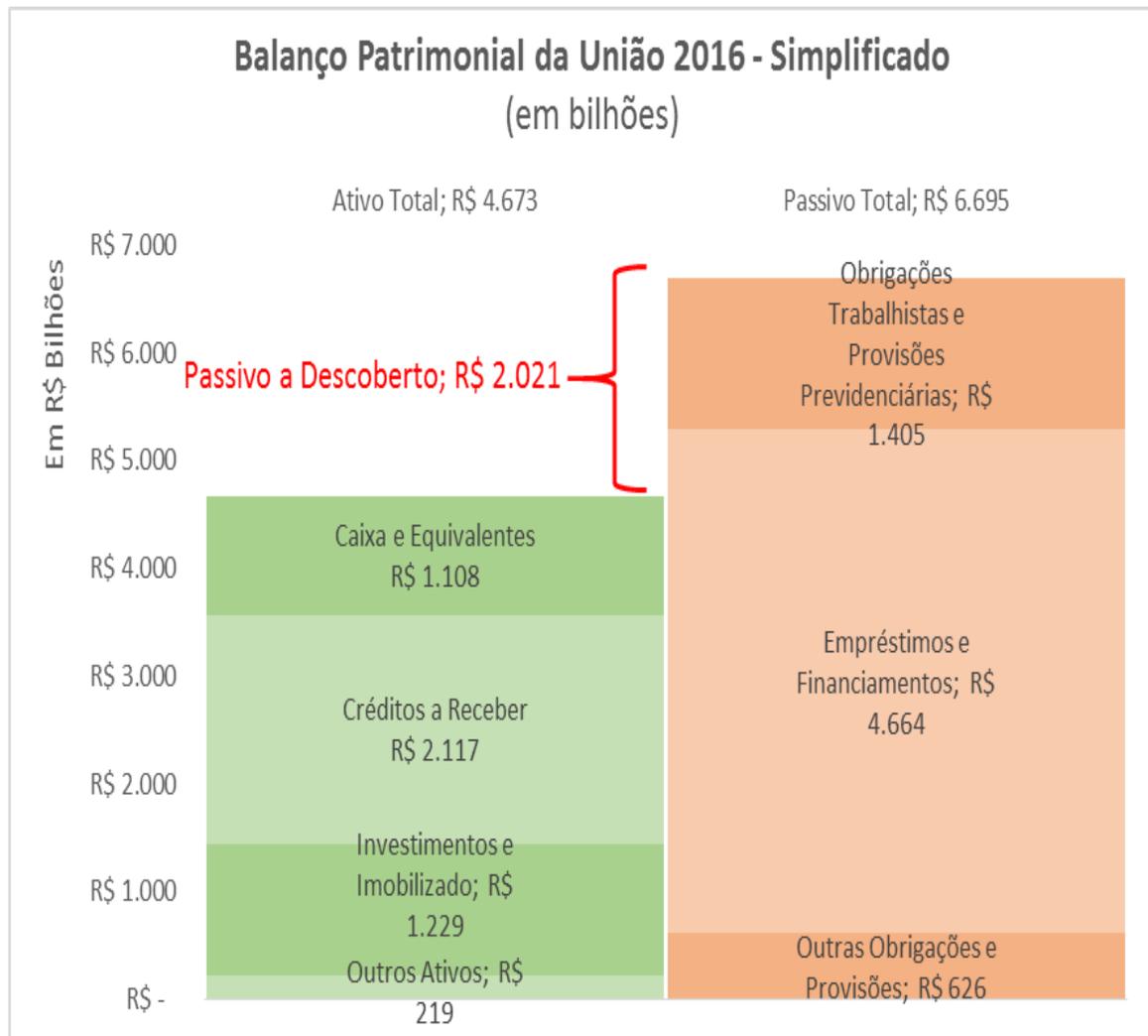
# Relatório Contábil de Propósito Geral



# Relatório Contábil de Propósito Geral

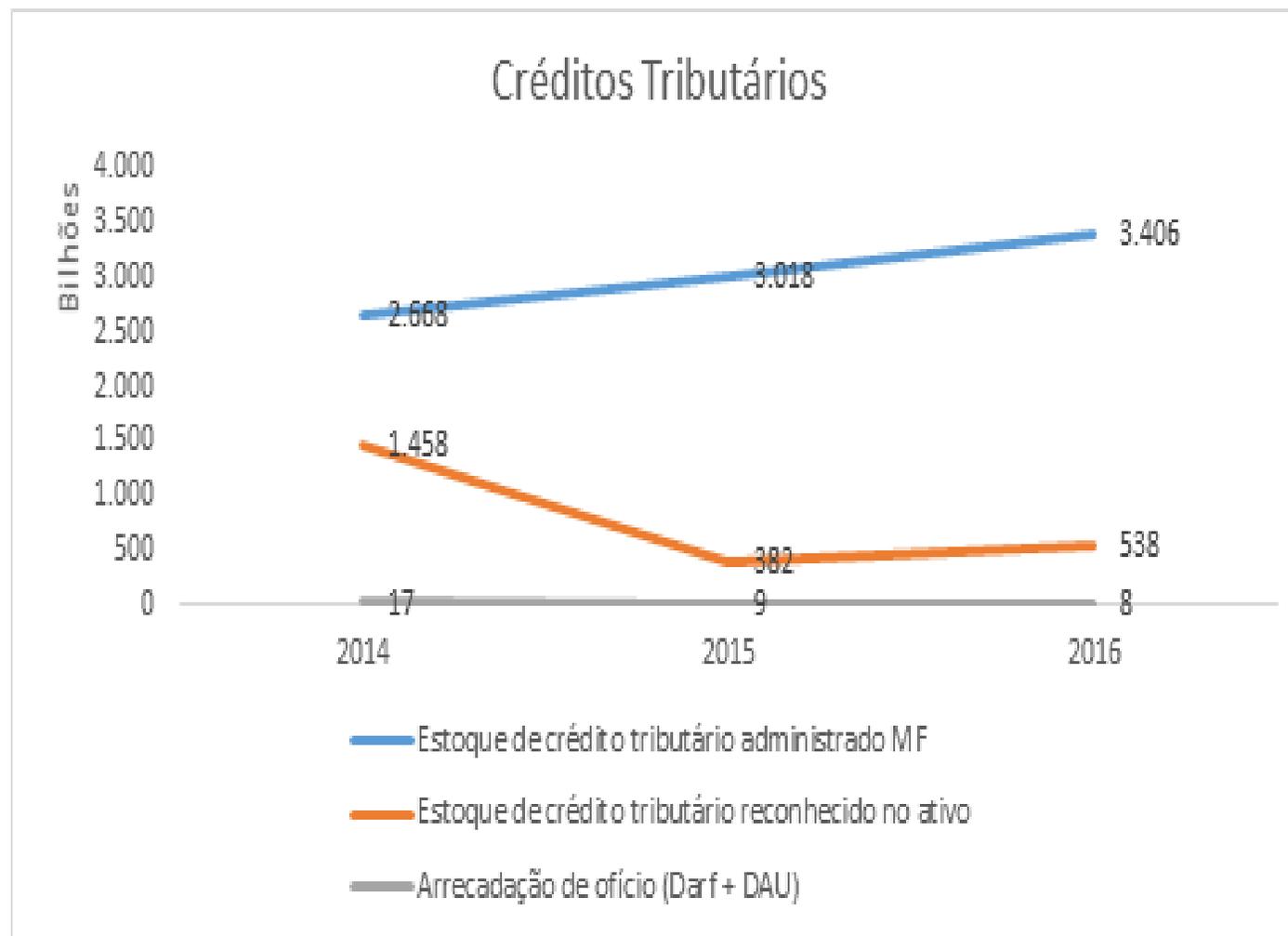
## Ativos, Passivos e PL

# Balanço Patrimonial da União 2016 - Simplificado



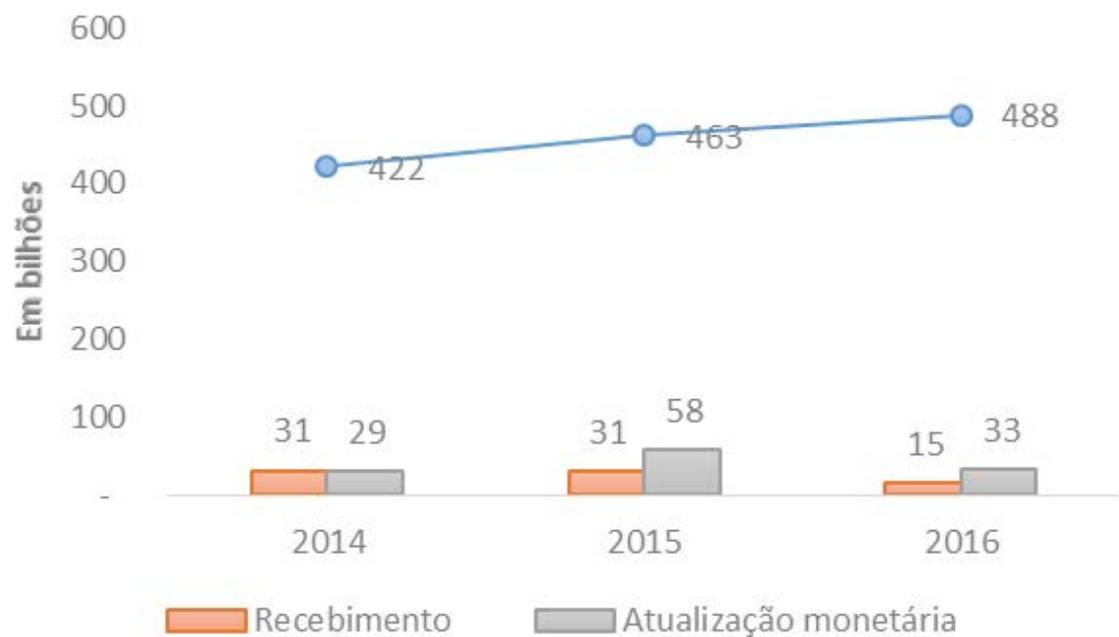
## ☐ Ativos

- Créditos Tributários/Dívida Ativa



- **Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios**

Evolução dos Créditos de Empréstimos a Estados

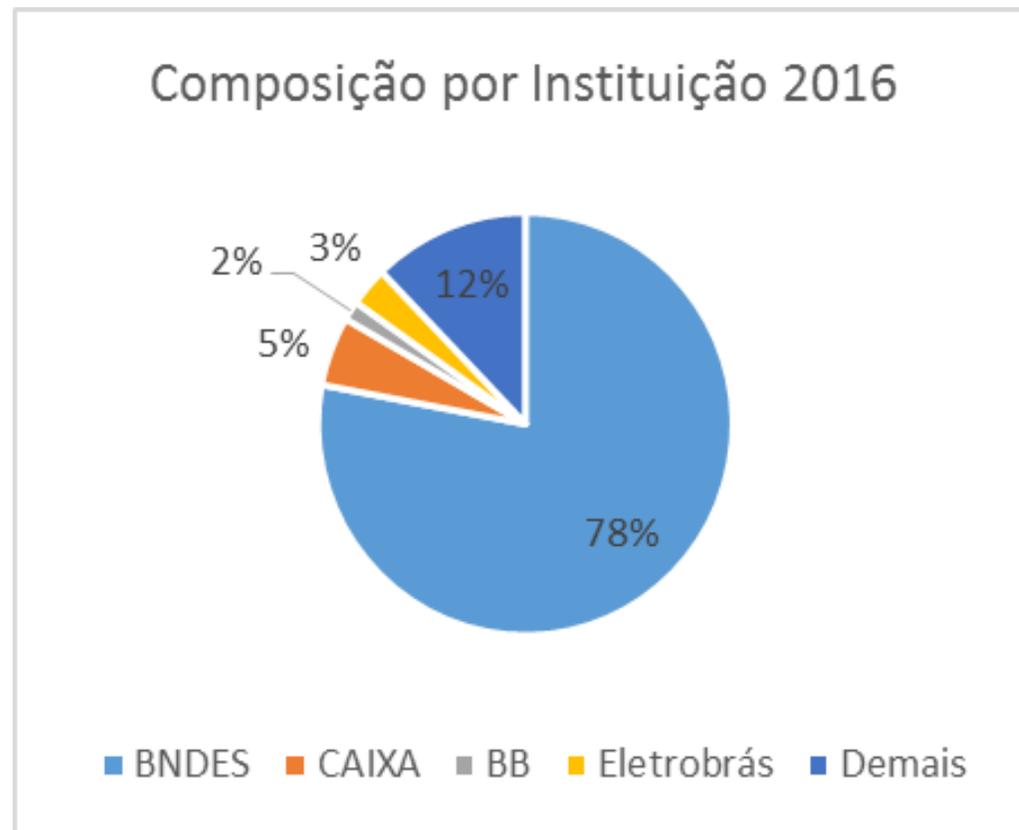
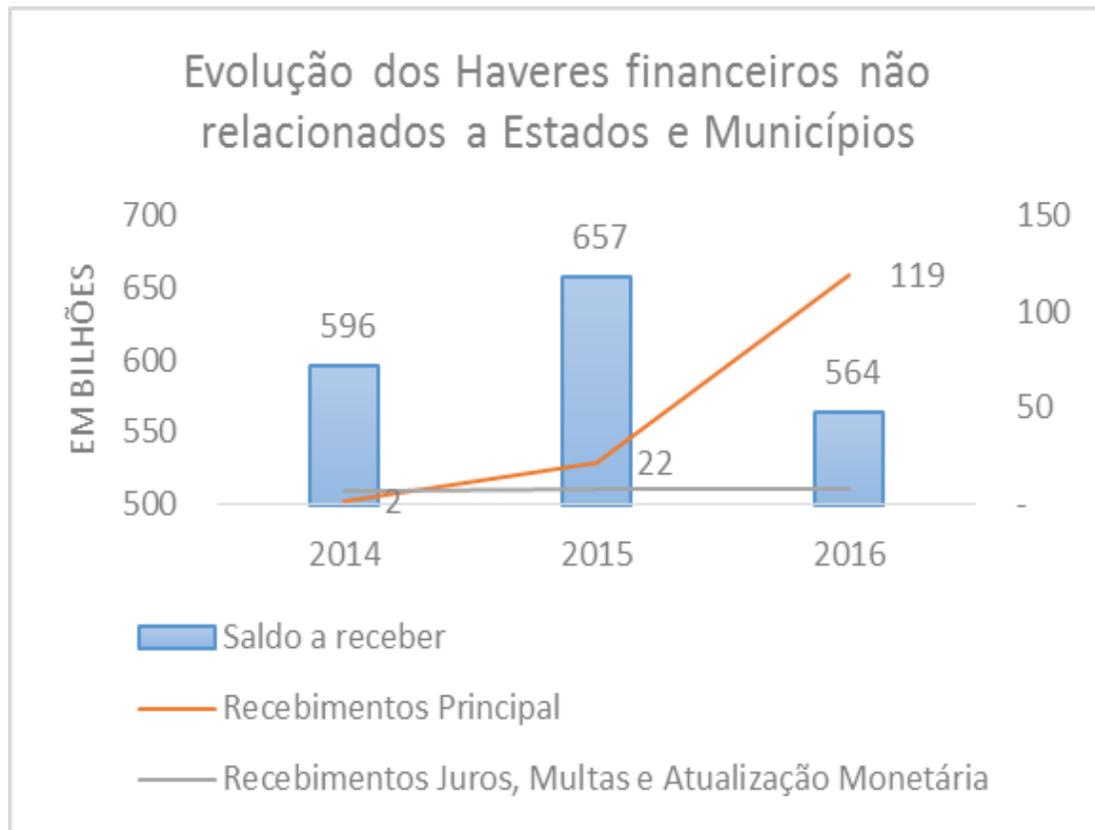


Fonte: SIAFI

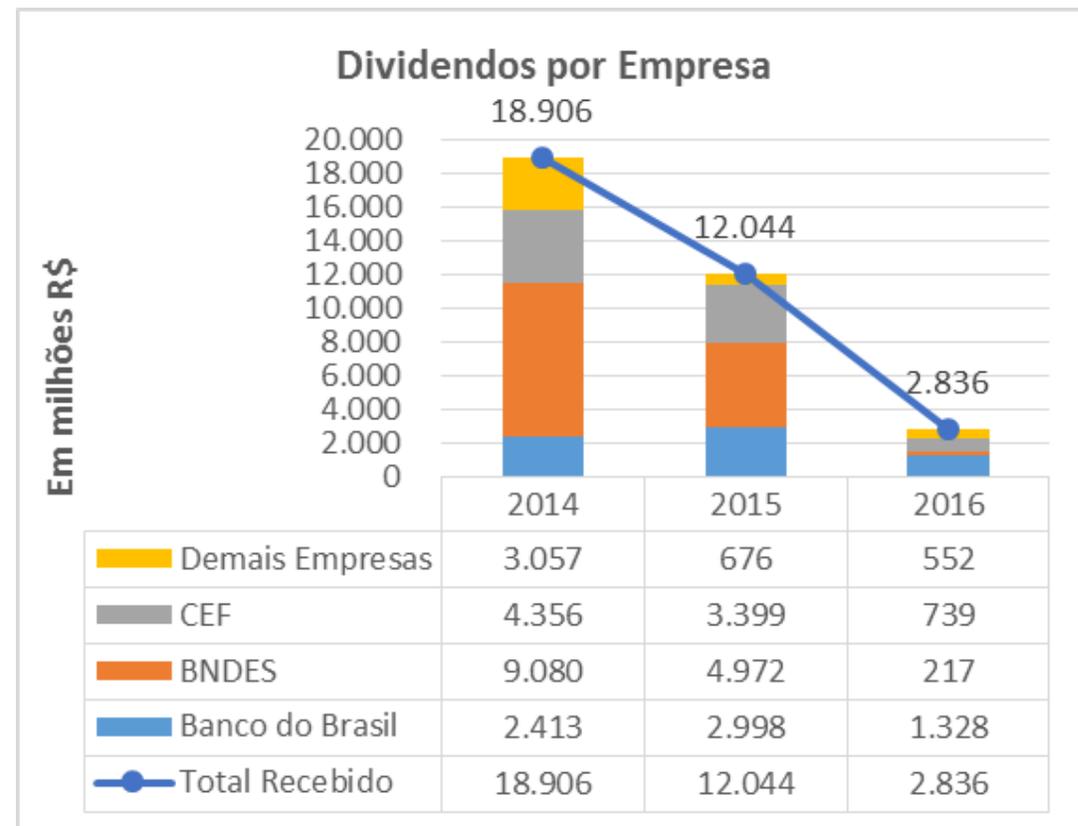
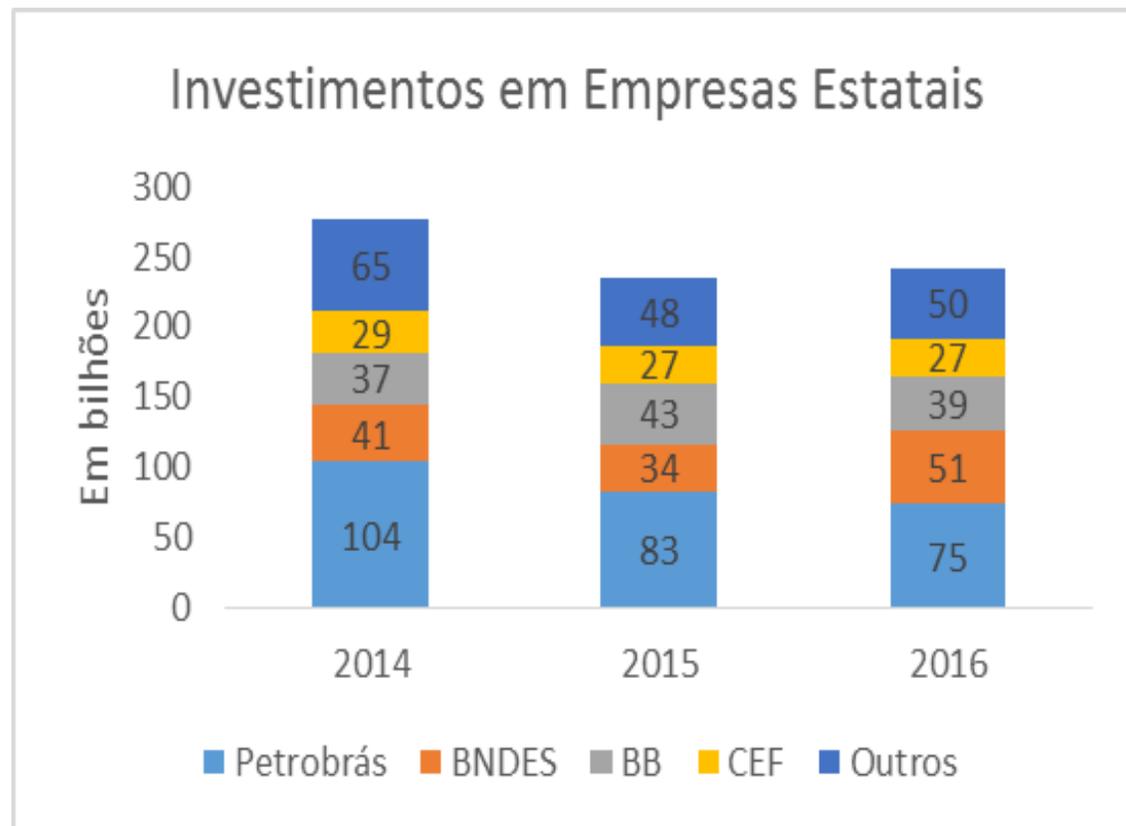
Haveres Financeiros da União perante Estados e Municípios em 2016 (em R\$ bilhões)



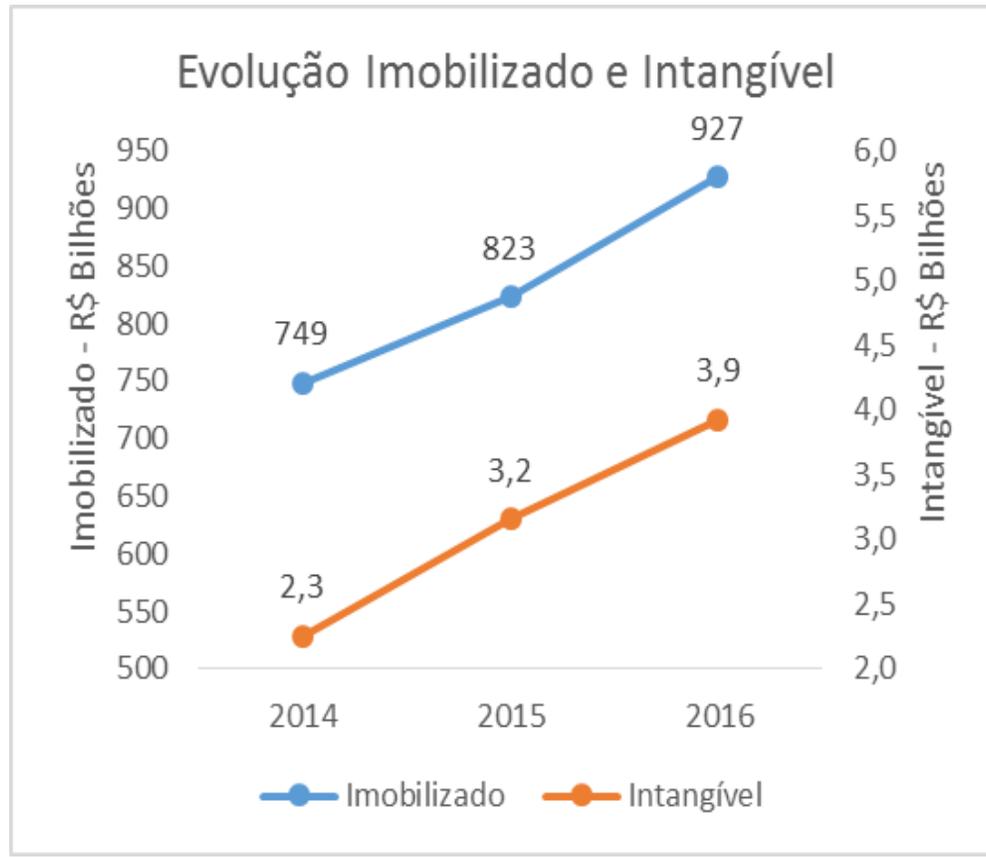
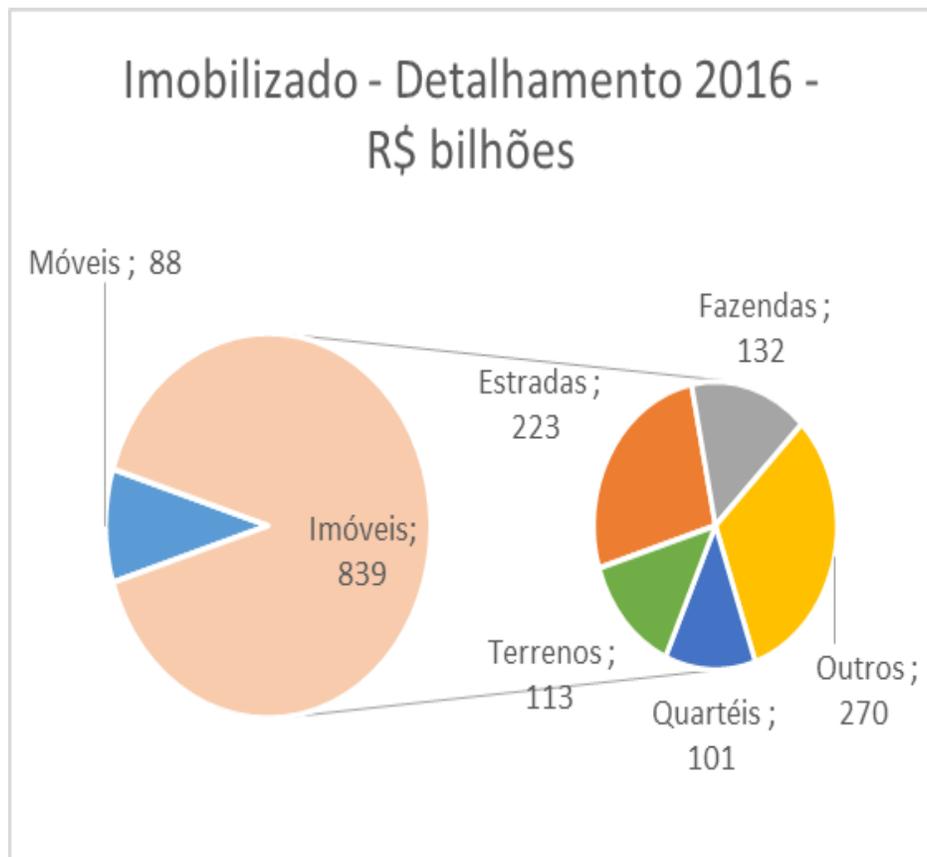
- **Haveres Financeiros - Fundos**



- Investimentos (Participações em Empresas Estatais)

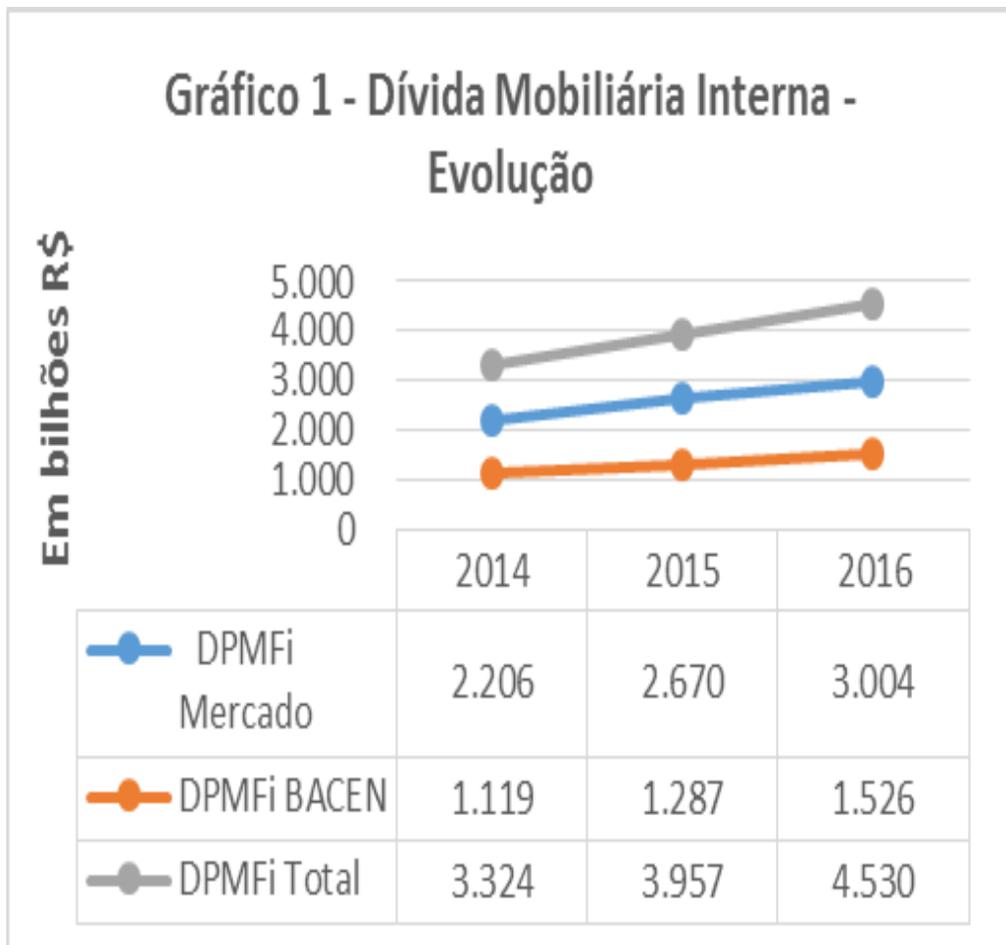


- **Imobilizado e Intangível**

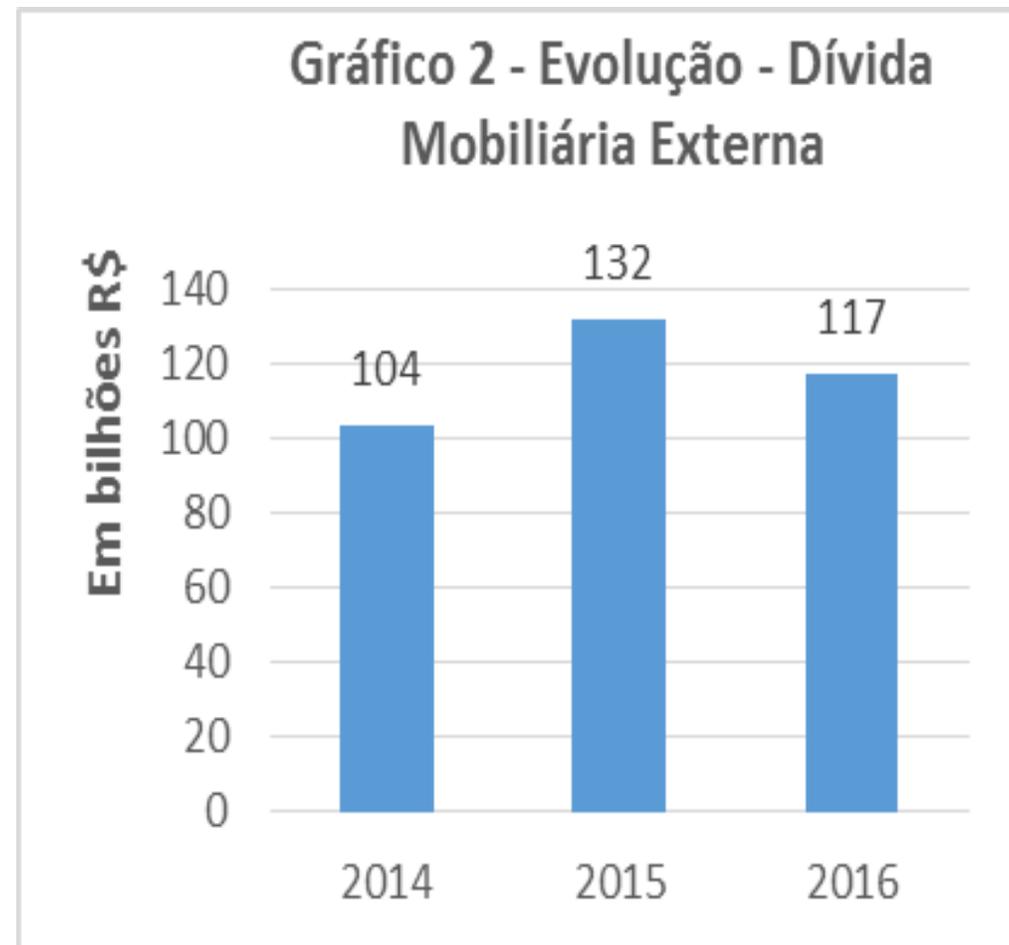


## Passivos

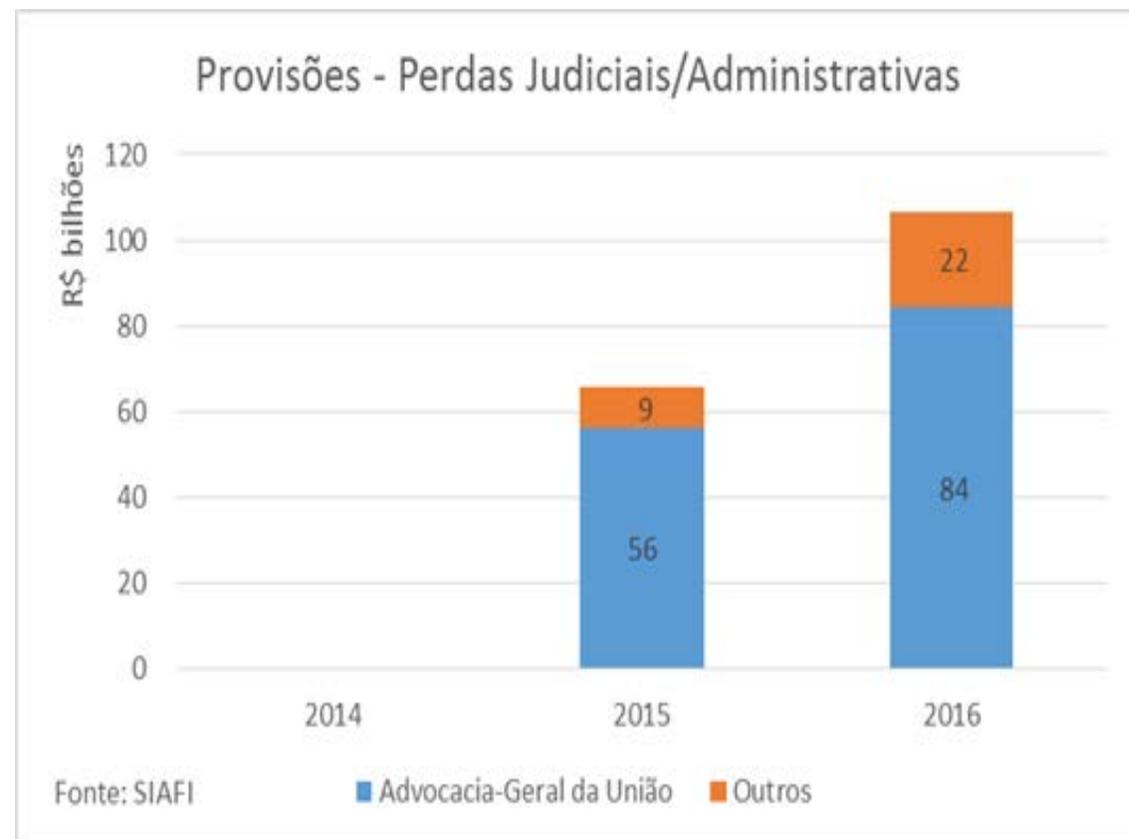
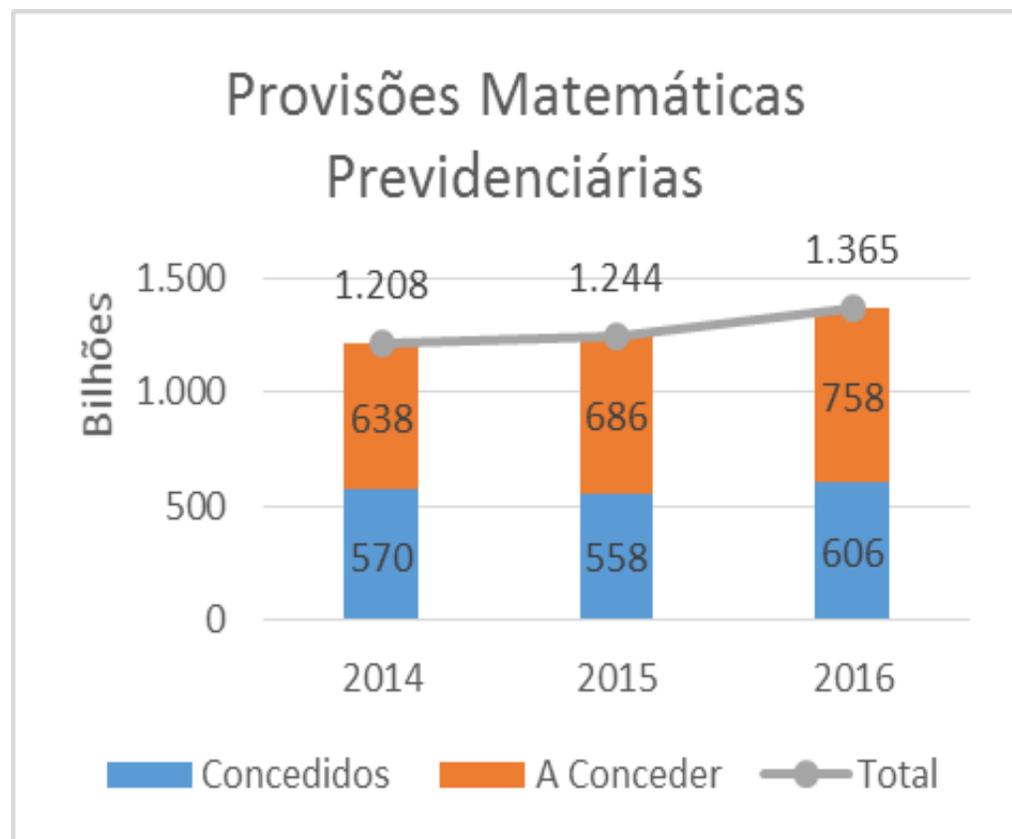
- Dívida Mobiliária Interna



## Dívida Mobiliária Externa



- Provisões



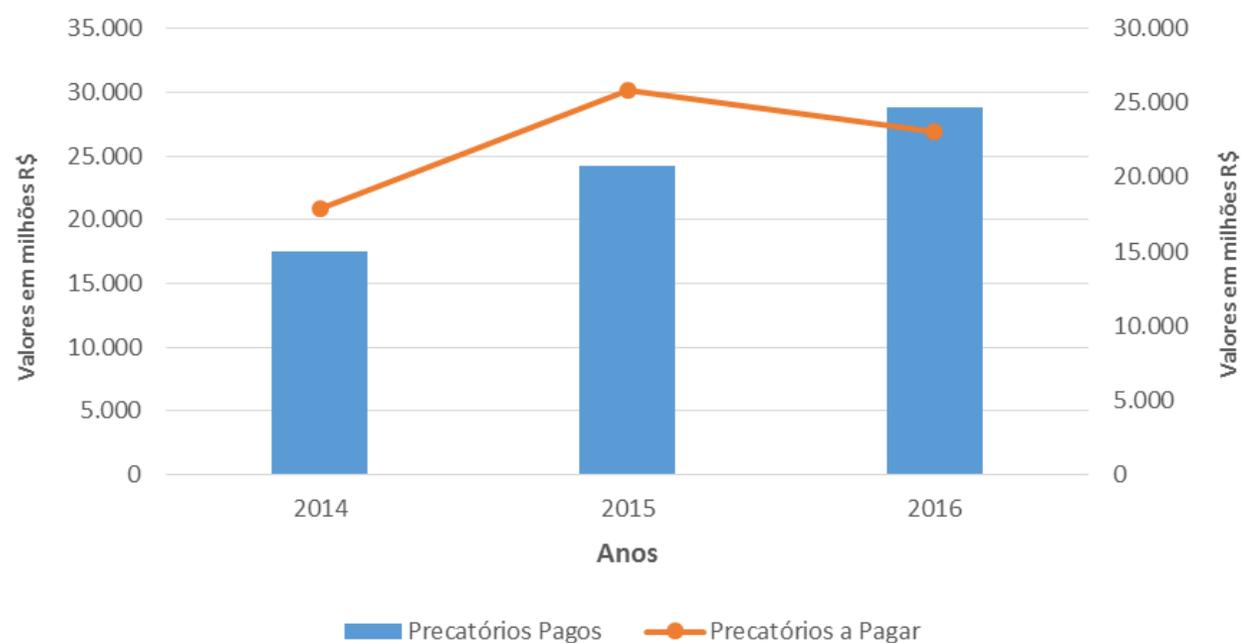
- Precatórios

**Tabela 2 – Precatórios Pagos – Evolução dos Valores**

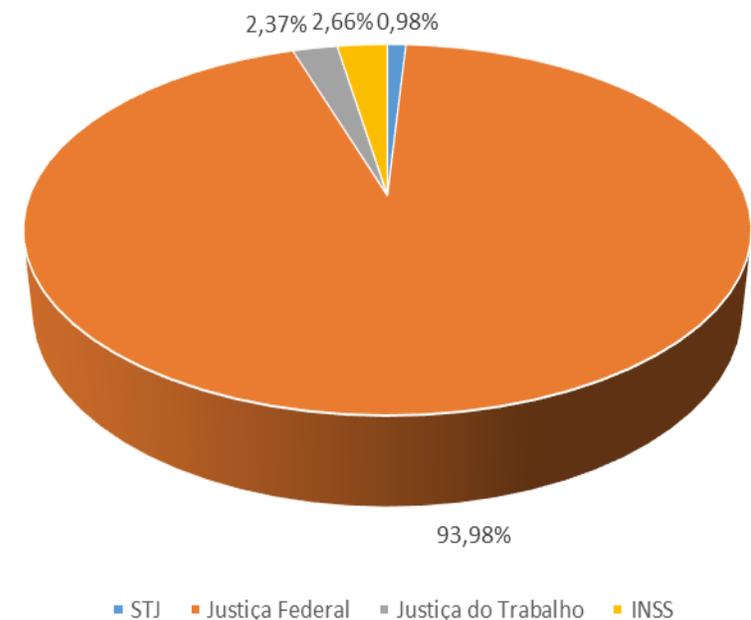
	2014	2015	2016	AH % 2016 x 2014	AH % 2016 x 2015	AH % 2015 x 2014
<b>Pagos</b>	17.512	24.256	28.821	64,58%	18,82%	38,51%
<b>A Pagar</b>	17.906	25.838	23.061	28,79%	-10,75%	44,30%

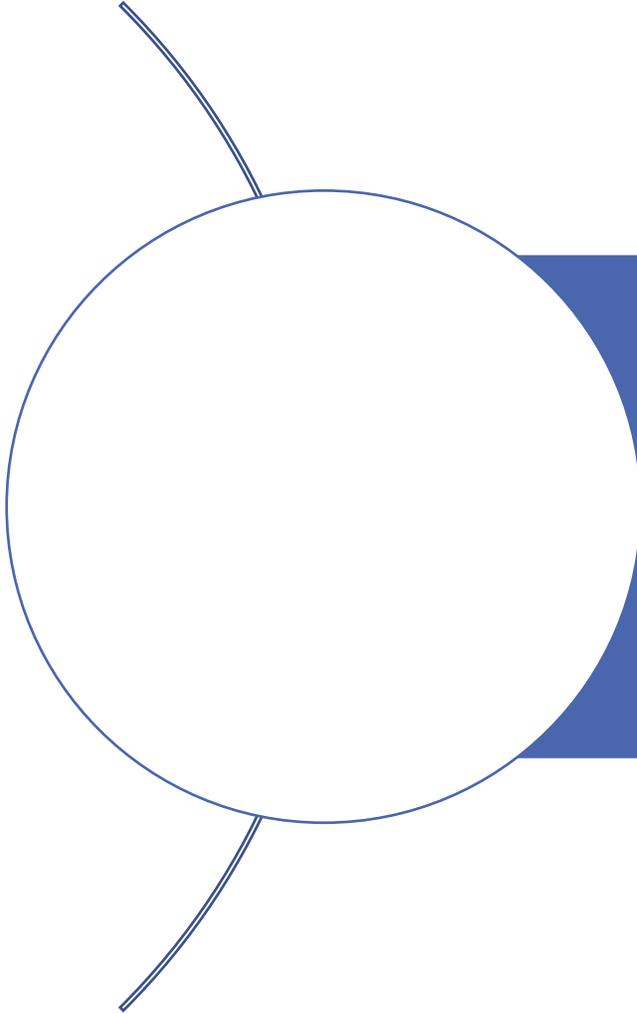
Fonte: SIAFI 2016, 2015 e 2014

**Gráfico 1 - Precatórios Pagos e a Pagar - Evolução**



**Gráfico 2 - Precatórios Pagos por Órgão - 2016**





# Relatório Contábil de Propósito Geral

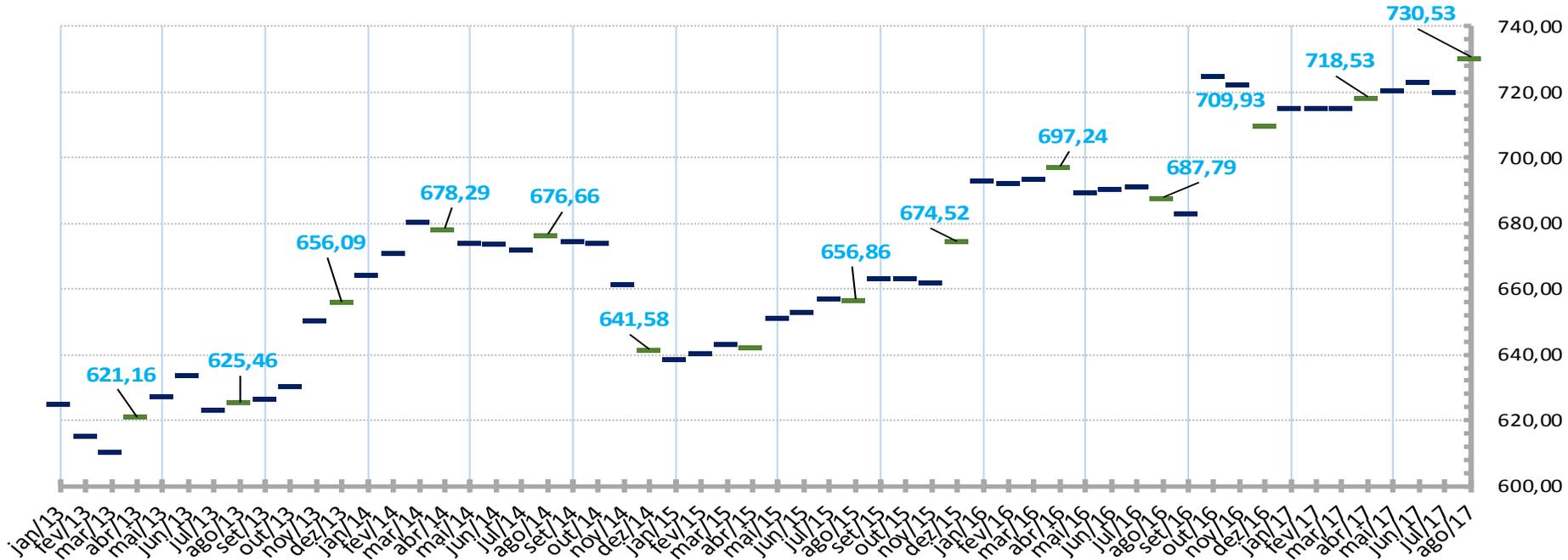
## RREO e RGF

# RREO

## Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) – R\$ bilhões

A Receita Corrente Líquida é um importante parâmetro fiscal, utilizado como base para cálculo de diversos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O gráfico abaixo ilustra a evolução da RCL, sempre calculada em relação aos últimos 12 meses. Os valores quadrimestrais utilizados nos respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, (RGF) encontram-se destacados abaixo.



### RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### RGF

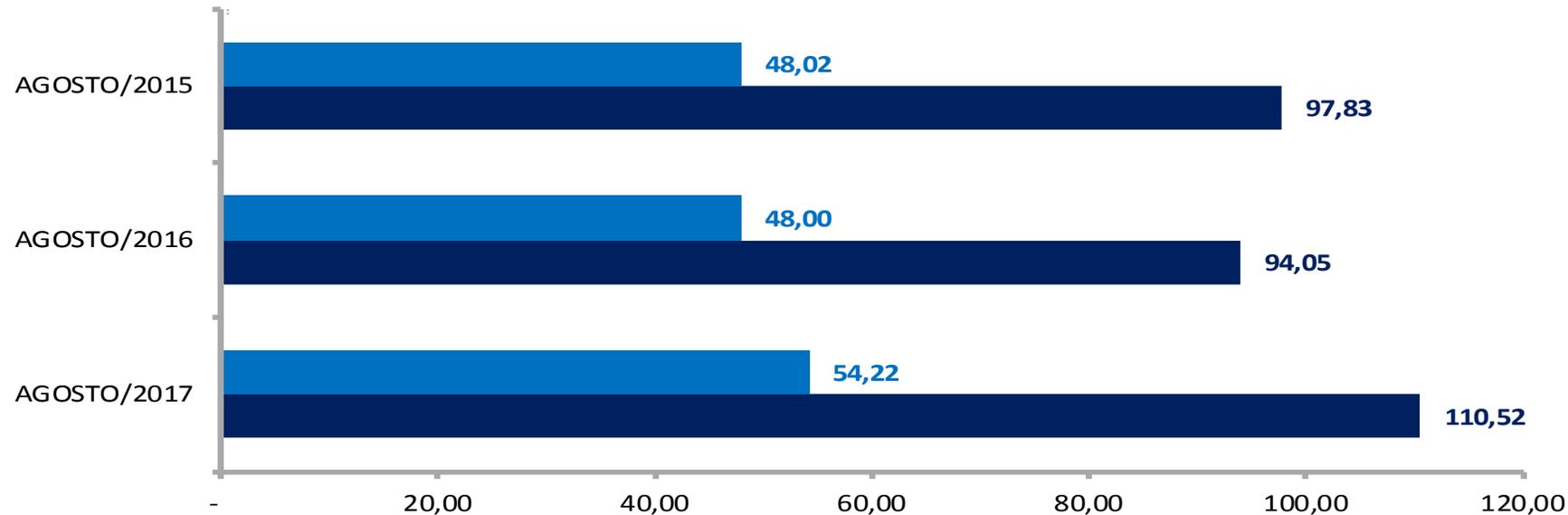
O Relatório de Gestão Fiscal é um dos instrumentos de transparência fiscal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Fonte:** Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2017, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida

## Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) – R\$ bilhões

O gráfico abaixo evidencia os valores mensais da arrecadação da receita corrente e das deduções consideradas para o cálculo da Receita Corrente Líquida, para o mês de Agosto de 2017 em comparação ao mesmo mês nos exercícios de 2016 e 2015.



■ Deduções (II)  
■ Receita Corrente (I)

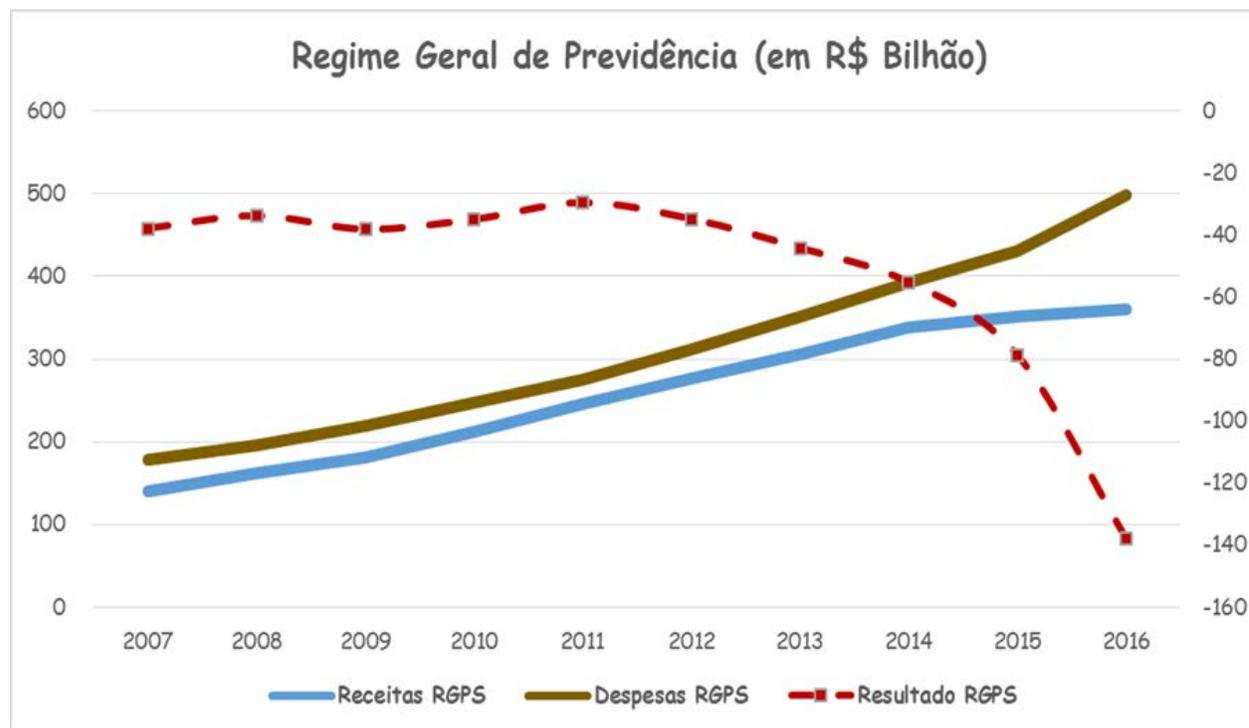
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2017, Anexo 3 -Receita Corrente Líquida.

Seguridade Social (R\$ bilhões)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Receitas da Seguridade Social</b>	<b>306</b>	<b>330</b>	<b>350</b>	<b>408</b>	<b>470</b>	<b>525</b>	<b>587</b>	<b>623</b>	<b>646</b>	<b>635</b>
Receitas (Exceto Previdência)	151	152	148	173	200	223	253	256	262	241
Receitas RPPS	15	16	20	23	25	25	27	29	32	34
Receitas RGPS	140	162	182	212	246	277	307	338	352	360
<b>Despesas da Seguridade Social</b>	<b>338</b>	<b>372</b>	<b>429</b>	<b>477</b>	<b>534</b>	<b>601</b>	<b>669</b>	<b>741</b>	<b>797</b>	<b>875</b>
Despesas com Saúde	49	54	63	67	79	87	93	102	110	117
Despesas com Assistência Social	58	64	79	88	101	120	136	150	151	149
Despesas com RPPS	53	59	67	74	79	83	89	96	105	111
Despesas com RGPS	178	195	220	247	275	312	351	393	431	498
<b>Resultado</b>	<b>-32</b>	<b>-42</b>	<b>-79</b>	<b>-69</b>	<b>-64</b>	<b>-76</b>	<b>-83</b>	<b>-118</b>	<b>-151</b>	<b>-239</b>

## Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

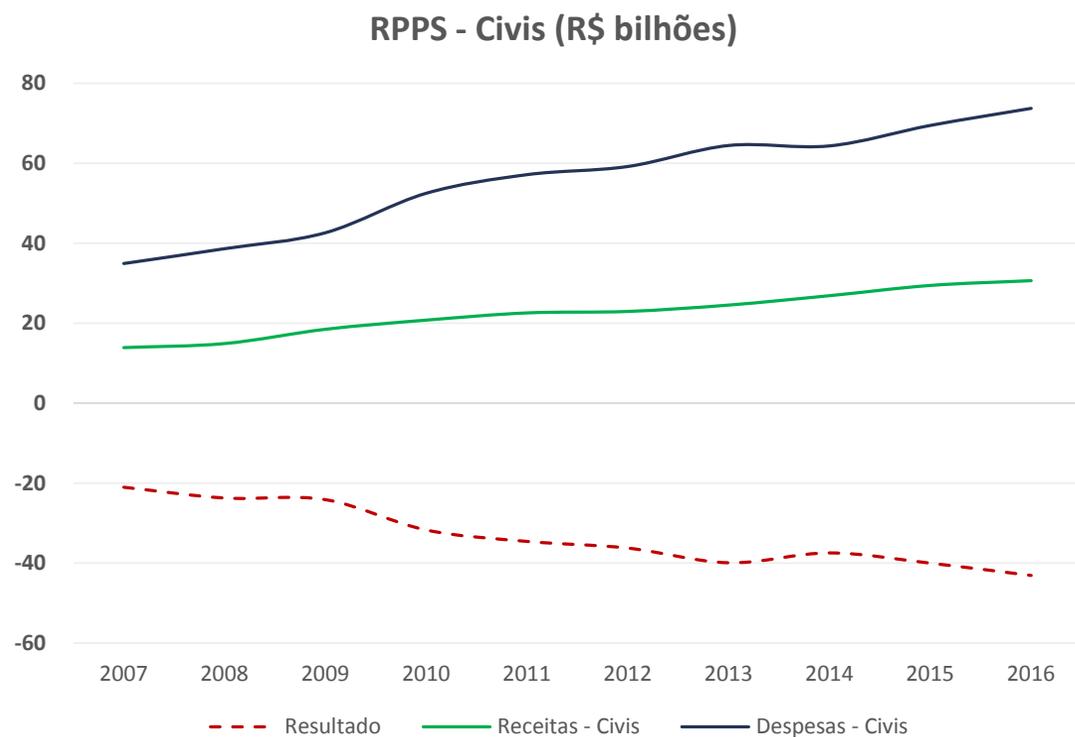
Regime Geral (em R\$ Bilhão)	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas RGPS	139,71	161,51	181,63	212,40	245,52
Despesas RGPS	177,70	195,44	219,91	247,47	275,21
Resultado RGPS	-37,99	-33,93	-38,28	-35,07	-29,69

Regime Geral (em R\$ Bilhão)	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas RGPS	276,57	306,56	337,55	351,68	360,38
Despesas RGPS	311,55	350,87	392,91	430,56	498,46
Resultado RGPS	-34,98	-44,31	-55,36	-78,89	-138,08



## Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

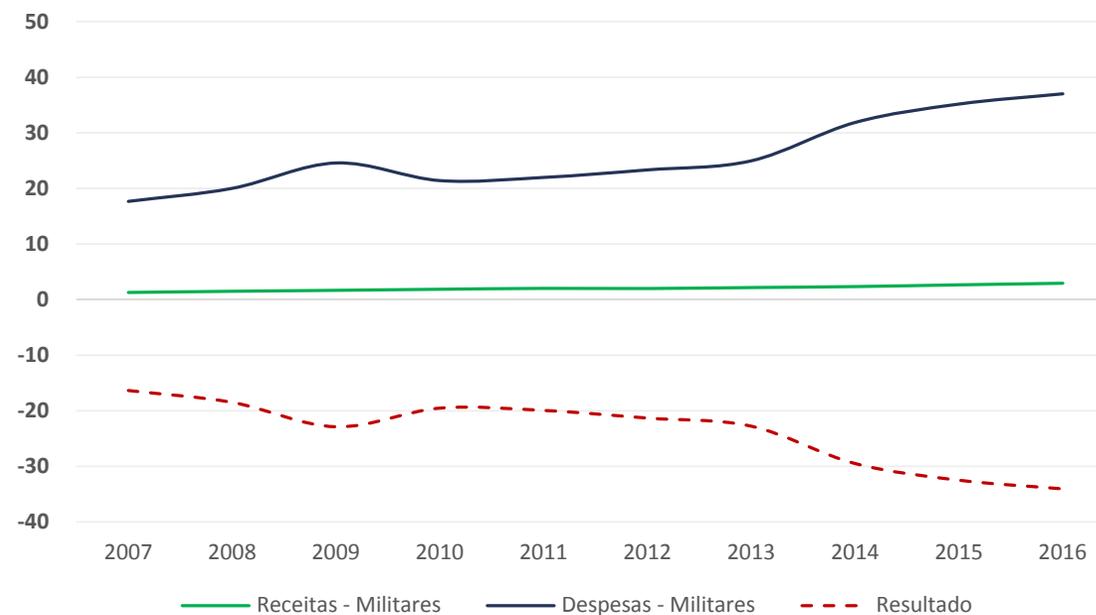
	RPPS - CIVIS (R\$ bilhões)									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas - Civis	13,9	14,9	18,5	20,8	22,6	23,0	24,6	26,9	29,5	30,7
Despesas - Civis	34,9	38,6	42,6	52,5	57,2	59,2	64,5	64,4	69,5	73,8
<b>Resultado</b>	<b>- 21,0</b>	<b>- 23,7</b>	<b>- 24,1</b>	<b>- 31,7</b>	<b>- 34,6</b>	<b>- 36,2</b>	<b>- 39,9</b>	<b>- 37,4</b>	<b>- 40,0</b>	<b>- 43,1</b>



## Regime e despesas associadas às pensões e inativos militares

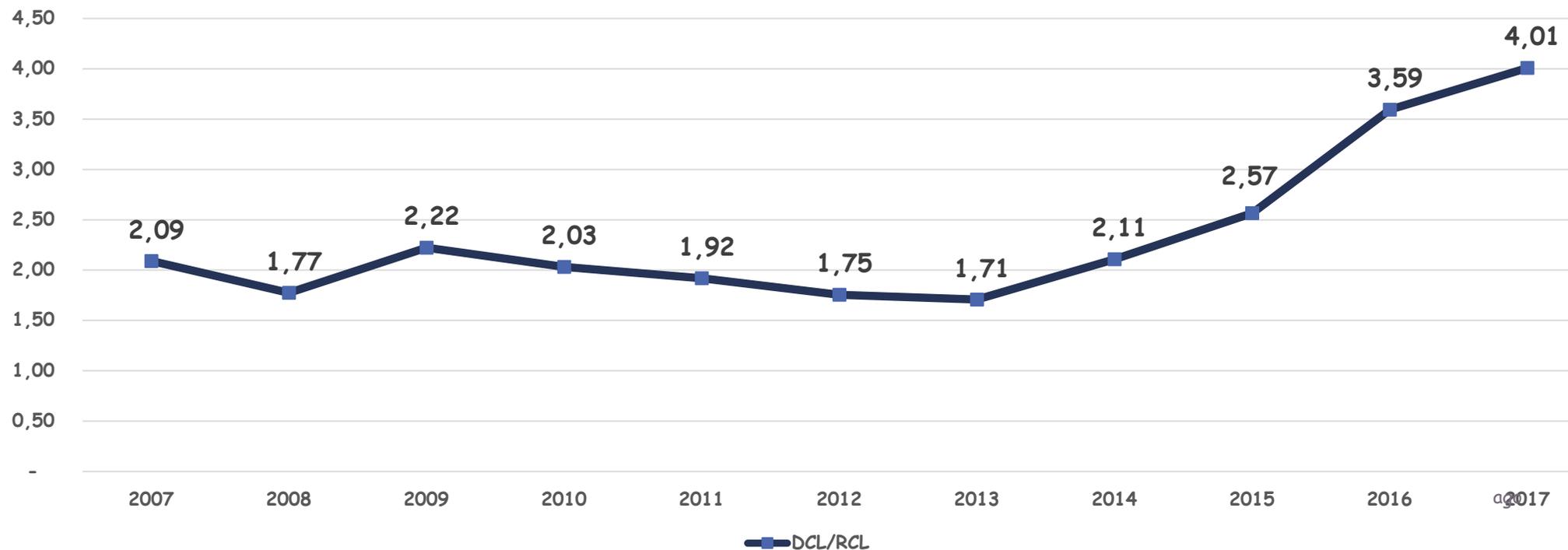
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ASSOCIADAS AOS MILITARES E SEUS DEPENDENTES (R\$ bilhões)										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas - Militares	1,3	1,5	1,7	1,9	2,0	2,0	2,2	2,3	2,6	2,9
Despesas - Militares	17,7	20,0	24,6	21,4	22,0	23,3	25,0	31,8	35,2	37,0
<b>Resultado</b>	<b>- 16,4</b>	<b>- 18,5</b>	<b>- 22,9</b>	<b>- 19,5</b>	<b>- 19,9</b>	<b>- 21,3</b>	<b>- 22,8</b>	<b>- 29,5</b>	<b>- 32,5</b>	<b>- 34,1</b>

Receitas e Despesas Associadas às Pensões e Inativos Militares (R\$ bilhões)



R\$ Bilhão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	ago/17
Dívida Consolidada Bruta	1.699	1.715	2.179	2.476	2.735	2.948	3.131	3.453	4.074	4.885	5.223
Deduções	891	955	1.207	1.460	1.663	1.866	2.011	2.100	2.343	2.333	2.294
Dívida Consolidada Líquida	808	760	972	1.016	1.072	1.083	1.120	1.352	1.731	2.552	2.929
Receita Corrente Líquida	387	429	437	500	559	617	656	642	675	710	731

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida



Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro (R\$ bilhões)



**Obrigado!**

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento  
Coordenador-Geral de Contabilidade da União - CCONT  
SUCON



**TESOURO NACIONAL**